



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO DISTRITO FEDERAL: DA
CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA À EXPANSÃO URBANA DE
PLANALTINA/DF - O VIÉS HISTÓRICO-SOCIAL**

Wylcler Cruzeiro da Mata

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: Agosto/2014



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO DISTRITO FEDERAL: DA
CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA À EXPANSÃO URBANA DE
PLANALTINA/DF - O VIÉS HISTÓRICO-SOCIAL**

Wylcler Cruzeiro da Mata

Orientador: Prof.º Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: Agosto/2014



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO DISTRITO FEDERAL: DA
CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA À EXPANSÃO URBANA DE
PLANALTINA/DF - O VIÉS HISTÓRICO-SOCIAL**

Wylcler Cruzeiro da Mata

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Aprovado por:

Orientador: Prof.º Dr.º Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Departamento de Geografia GEA/UNB

Prof.ª Dr.ª Marília Luíza Peluso
Departamento de Geografia GEA/UNB

Prof.º Dr.º William Rodrigues Ferreira
Universidade Federal de Uberlândia UFU

Brasília-DF, 29 de Agosto de 2014.

Brasília-DF, 29 de Agosto de 2014

FICHA CATALOGRÁFICA

MATA, WYLCLER CRUZEIRO DA.

A produção do espaço urbano do Distrito Federal: da construção de Brasília à expansão urbana de Planaltina/DF – o viés histórico-social, 59p. (UnB-IH-GEA, Mestrado, Gestão Ambiental e Territorial, 2014).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. 2014.

1. Produção do espaço urbano 2. Distrito Federal 3. Planaltina

I. UnB-IH-GEA

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MATA, Wylcler Cruzeiro Da. **A produção do espaço urbano do Distrito Federal: da construção de Brasília à expansão urbana de Planaltina/DF – o viés histórico-social.** (Dissertação de Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2014. 59p.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me ajudar a vencer os desafios encontrados pelo caminho;

Aos familiares, pelo incentivo e apoio nos momentos em que mais precisei;

Aos amigos, com os quais compartilhei os momentos de tribulação e de alegrias;

Ao meu orientador Prof.º Dr.º Fernando Luiz Araújo Sobrinho, pela oportunidade acadêmica e pela orientação imprescindível para que este trabalho pudesse ser desenvolvido;

A Prof.ª Dr.ª Marília Luíza Peluso e ao Prof.º Dr.º William Rodrigues Ferreira pela participação na composição da banca;

E por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa para o mestrado.

"A cidade tem o direito de progredir. Eu tenho o direito de não gostar daquele tipo de progresso. Tenho o direito de ficar decepcionado se não encontro lá, aquilo que eu antes encontrava."

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

No Distrito Federal, a ocupação urbana também cresceu formando uma das maiores aglomerações urbanas do país, e a sua realidade atual evidencia os mesmos problemas observados nas demais cidades brasileiras. As mazelas relacionadas à expansão urbana podem ser facilmente visualizadas em todas as Regiões Administrativas, anteriormente denominadas cidades satélites do Distrito Federal. O enfoque principal deste trabalho incide sobre uma análise das repercussões geradas na Região Administrativa de Planaltina RA VI pelo processo de construção e implantação de Brasília. Essa região passou por todas as etapas de ocupação do território em questão e teve grande importância antes e durante a construção de Brasília. A pesquisa teve início a partir da escolha do tema, definição da área de estudo, levantamento conceitual e elaboração da fundamentação teórica através de consulta bibliográfica. Foram analisados também documentos, imagens e memoriais fornecidos pelo Arquivo Público do Distrito Federal e por fim foram realizados estudos de campo. As informações e análises indicam que o peculiar processo de implantação de Brasília produziu na região um quadro urbano historicamente comprometido, e para os que habitavam a região naquela época a construção de Brasília foi polissêmica.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Distrito Federal; Planaltina.

ABSTRACT

In the Federal District, urban employment increased also forming one of the largest urban agglomerations in the country, and its current reality reveals the same problems observed in other Brazilian cities. The ailments related to urban expansion can be easily visualized in all administrative regions, formerly satellite towns of the Federal District. The main focus of this work focuses on an analysis of the impact generated in Planaltina RA VI Administrative Region of the construction and deployment of Brasilia process. This region has gone through all stages of occupation of the territory in question and had great importance before and during the construction of Brasilia. The research started from the choice of topic, definition of the study area, survey and conceptual elaboration of the theoretical framework through bibliographical research. Documents, images and memorials provided by the Public Archives of the Federal District and finally were also analyzed field studies were conducted. The information and analyzes indicate that the peculiar process of deployment of Brasilia produced in the region historically compromised urban framework, and those who inhabited the region at the time the construction of Brasília was polysemic.

Keywords: Production of urban space; Federal District; Planaltina.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – 1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL: DISCUSSÃO TEÓRICA E CONCEITUA.....	3
1.1.O SURGIMENTO DAS CIDADES SOB A ÉGIDE DA URBANIZAÇÃO, DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DO CAPITALISMO	3
1.2.EXPANSÃO URBANA: REFLEXO ESPACIAL DA DINÂMICA DAS CIDADES	8
1.3.EVOLUÇÃO URBANA E O APARATO LEGAL: AVANÇOS E ENTRAVES DA LEGISLAÇÃO	11
1.4.A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS URBANOS	16
CAPÍTULO II – 2. A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO PLANALTO CENTRAL A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA	18
2.1.CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: ASPECTOS RELACIONADOS À IMPLANTAÇÃO DE BRASÍLIA	18
2.2.DO DISCURSO MODERNISTA E PLANEJAMENTO IDEALIZADO AO REAL VIVENCIADO NA TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO E NO DESENVOLVER DA CIDADE DE BRASÍLIA	21
2.3.ASPECTOS GERAIS DA URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E OS MODOS DE VIVER FORJADOS COM A CRIAÇÃO DE BRASÍLIA	26
CAPÍTULO III – 3. IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE BRASÍLIA NO NÚCLEO URBANO VERNACULAR DE PLANALTINA/DISTRITO FEDERAL	32
3.1.CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DESCRIÇÃO PRÉVIA DO PROBLEMA.....	32
3.2. IMPACTOS SOBRE A REGIÃO E SUA POPULAÇÃO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E AMEAÇAS A IDENTIDADE HISTÓRICA E CULTURAL.....	36
3.3.O CENTRO HISTÓRICO: NOVAS CONFORMAÇÕES E A LUTA PELA MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA.....	40
3.4.ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS.....	59

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 2.1: Mapa demonstrativo de renda per capita por RA's – 2004.

FIGURA 3.1: Mapa de localização de Planaltina/DF (RA-VI).

FIGURA 3.2: Pedra Fundamental.

FIGURA 3.3: Vista aérea de Planaltina/DF em 12/11/1970.

FIGURA 3.4: Vista aérea de Planaltina/DF em 15/08/1971.

FIGURA 3.5: casarão (à esquerda), contraste com as casas contemporâneas, Setor Tradicional – Planaltina/DF.

FIGURA 3.6: casarão (à esquerda), em contraste com as casas contemporâneas, no Setor Tradicional – Planaltina/DF.

FIGURA 3.7: casarão, no Setor Tradicional – Planaltina/DF.

FIGURA 3.8: Museu no Centro Histórico de Planaltina/DF, Setor Tradicional.

FIGURA 3.9: A Igrejinha de São Sebastião no Centro Histórico de Planaltina/DF, Setor Tradicional.

FIGURA 3.10: Igreja Matriz no Centro Histórico de Planaltina/DF, Setor Tradicional.

FIGURA 3.11: Festa do Divino em Planaltina/DF.

FIGURA 3.12: Crescimento da população de Planaltina entre 1960-2000.

FIGURA 3.13: Recorte da série temporal das imagens LANDSAT/TM.

FIGURA 3.14: Rua do Setor Tradicional em Planaltina/DF.

FIGURA 3.15: Rua do Jardim Roriz em Planaltina/DF.

FIGURA 3.16: Rua da Vila Nossa Senhora de Fátima em Planaltina/DF.

FIGURA 3.17: Entrada da ocupação irregular no Setor de Chácaras – Planaltina/DF.

FIGURA 3.19: Entulho no Setor Mestre D'Armas – Planaltina/DF.

FIGURA 3.20: Universidade de Brasília – Unidade de Planaltina/DF.

FIGURA 3.21: Instituto Federal de Brasília – Unidade de Planaltina/DF.

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1: Agrupamento das RA's por grupo e renda.

TABELA 3.1: Atividade Principal Remunerada por setores – Planaltina/DF – 2004.

TABELA 3.2: Distribuição da renda bruta mensal – Planaltina/DF 2004.

TABELA 3.3: Demonstrativo da distribuição da renda bruta mensal – Planaltina/DF 2004.

TABELA 3.4: Domicílios urbanos por tipo de ocupação residencial – Planaltina/DF 2004.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IFB	Instituto Federal de Brasília
LANDSAT	Land Remote Sensing Satellite
ONU	Organização das Nações Unidas
RA's	Regiões Administrativas
TM	Thematic Mapper
UNB	Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano gera inúmeros desafios e provoca inquietações nos mais diversos ambientes. Em função da velocidade e proporção em que ocorre este processo, o tema passou a ser amplamente discutido nas instituições públicas, pelos cientistas sociais, arquitetos, urbanistas e particularmente pelos geógrafos. No Distrito Federal, a ocupação urbana forma uma das maiores aglomerações urbanas do país, cuja realidade atual evidencia os mesmos problemas observados nas demais cidades brasileiras.

As mazelas relacionadas à expansão urbana podem ser facilmente visualizadas em todas as Regiões Administrativas (RA's) do Distrito Federal. Porém, esta dissertação tem como área de estudo apenas a RA-VI Planaltina, que, devido a sua localização, tornou-se parte integrante da história de Brasília. O enfoque principal deste trabalho incide sobre uma análise das repercussões geradas nesta região pelo processo de construção e implantação de Brasília. Mais especificamente, serão analisados os aspectos relacionados aos impactos da construção de Brasília sobre sua área urbana. Na tentativa de levantar questões relacionadas a esta temática discorre-se sobre os processos de formação e expansão do espaço urbano, bem como seus desdobramentos no Brasil, no Distrito Federal e na RA-VI Planaltina.

Neste cenário de vicissitudes relacionadas ao célere e vertiginoso fenômeno da urbanização no Distrito Federal surgiu a questão norteadora desta pesquisa: Em que medida, os processos de implantação de Brasília e a posterior urbanização da nova Capital Federal, impactaram e modificaram a região do antigo município goiano? A hipótese, a princípio, é que no decorrer do processo de implantação de Brasília houve um aumento significativo da população nesta região, que desde então apresenta uma contínua expansão urbana, carregada de iniquidade social.

Diante desta hipótese, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o espaço urbano de Planaltina/DF RA – VI, a partir do processo de consolidação de Brasília. Para chegar ao objetivo central foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Levantamento e descrição dos principais aspectos da produção do espaço urbano no Brasil - discussão sobre o contexto histórico da urbanização;

- ✓ Análise da reconfiguração do espaço urbano do Distrito Federal a partir da discussão de aspectos relacionados à construção e implantação de Brasília;
- ✓ Análise do espaço urbano de Planaltina/DF RA – VI a partir do processo de construção e implantação de Brasília.

O trabalho está inicialmente estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo discute - se o contexto da urbanização brasileira; alguns elementos conceituais; as causas e efeitos dos principais problemas urbanos, etc. Neste verifica-se a origem das cidades e como se deu a urbanização brasileira, bem como algumas conseqüências deste processo e seus impactos sobre a sociedade. a expansão urbana e seus reflexos nas cidades; os avanços e entraves do aparato legal e a importância dos estudos urbanos nos últimos anos. Foram analisados alguns conceitos relacionados principalmente aos problemas urbanos, entre outros tópicos igualmente importantes. No segundo capítulo faz-se uma contextualização histórica a partir dos aspectos relacionados à implantação de Brasília; o discurso modernista e planejamento idealizado ao real vivenciado na trajetória de implantação e no desenvolver da cidade de Brasília. Aborda os aspectos gerais da Urbanização no Distrito Federal; a nova configuração territorial e os modos de viver forjados com a criação de Brasília. No terceiro capítulo correlaciona-se a reconfiguração territorial urbana da região de Planaltina – Distrito Federal ao processo de implantação de Brasília para entender as implicações da sua localização. Faz-se uma caracterização geral da Região Administrativa de Planaltina/DF, e principalmente uma análise do crescimento urbano e de seus aspectos sociais e econômicos verificados a partir da construção de Brasília.

A pesquisa teve início com a escolha do tema e definição da área de estudo. Em seguida foi feito levantamento conceitual e elaboração da fundamentação teórica através de consulta bibliográfica sobre a questão urbana de forma geral focando principalmente nos processos urbanização do Brasil e de construção de Brasília - utilizando-se as ferramentas teórico-metodológicas disponibilizadas nas obras de diversos autores que se dedicam aos estudos urbanos. Foram realizadas também coletas de dados e informações nos dispositivos legais concernentes aos aspectos históricos, culturais, sócio- econômico e físico da área de estudo - consulta de documentos, mapas, imagens e memoriais fornecidos pelo Arquivo Público e Codeplan. Finalizou-se a pesquisa com a observação in loco da área de estudo.

CAPÍTULO I – 1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL: DISCUSSÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

1.1. O SURGIMENTO DAS CIDADES SOB A ÉGIDE DA URBANIZAÇÃO, DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DO CAPITALISMO

Para compreender a cidade e o urbano é extremamente necessário realizar uma análise cuidadosa sobre cada uma dessas categorias, pois não é uma tarefa muito fácil definir uma cidade e o seu processo de concretização. Sposito (1991, p.11) deixa claro que “[...] entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicar a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens [...]”.

Tarefa que esta mesma autora realizou em uma de suas obras – Capitalismo e Urbanização, na qual foi feito um breve histórico da formação e conformação das cidades a partir do período paleolítico até a idade média, destacando os principais fatores que contribuíram para a fixação e aglomeração dos homens, retrata também o nível de organização e complexidade que as cidades atingiram ao longo do tempo. A autora destaca que “[...] o espaço é história, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos [...]”. (SPOSITO, 1991, p.11)

Para Carlos (2007, p. 11):

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

A partir dos relatos dessas autoras sobre o surgimento das cidades, foram analisadas ao longo desta pesquisa algumas das transformações ocorridas na sociedade em função do crescimento urbano, bem como suas conseqüências. As análises envolvem também o entendimento das desigualdades sociais presentes neste espaço.

Tendo em vista o crescimento, a configuração das cidades na contemporaneidade, e os problemas urbanos que se avolumaram em função do superpovoamento e transformação do espaço, foram analisados, principalmente, os problemas considerados decorrentes deste processo, que, não são novos, não acontecem da mesma forma simultaneamente em todos os lugares, e recebem diferentes denominações e conotações.

Considerando que as pesquisas realizadas sobre a temática se apóiam em várias vertentes e expressam abordagens e paradigmas diversos, é importante deixar claro que essas produções, inclusive as geográficas apontam que não há um único modo de se pensar a cidade. Carlos (2007, p.19) assinala que:

A análise da cidade deve passar pela amplitude de uma dupla dimensão crítica que abarque tanto a crise teórica quanto a prática. Essas afirmações apontam a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial que se realiza na cidade, expressando o desafio de desvendar a realidade urbana em sua totalidade, bem como as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade.

No momento atual temos uma generalização do processo de urbanização no mundo, traduzido em formação de cidades que surgem revelando as transformações e contradições impostas pelo mundo moderno. Para compreender este momento em que a sociedade urbana se constitui é necessário evidenciar os movimentos iniciais de construção e transformação dos modos de vida da humanidade.

Sabemos que desde o início da civilização a superfície terrestre é ocupada pelos seres humanos que exploram seus recursos em busca de tudo que é necessário para viver. Ao longo da história, foram se adaptando e modificando o território. Com a implementação e aperfeiçoamento de técnicas ao desempenhar suas atividades, o homem deixa marcas na natureza, estas são visíveis e podem ser identificadas na formação de novos lugares e na transformação de outros antigos.

Estima-se que o aparecimento do homem no Brasil se deu por volta de aproximadamente 15 milhões de anos atrás, vivendo numa sociedade nômade, na dependência harmônica dos recursos naturais através da caça e coleta de alimentos. Quando o homem se fixou no território, aconteceu a primeira grande transformação do espaço, com o início da agricultura e domesticação de animais: era a revolução do Neolítico. (SCALCO, 2009, p.01)

Para Carlos (2013, p. 58):

No momento em que o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor, é dado o primeiro passo para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permitem extrair algum excedente agrícola, é um segundo impulso para o surgimento das cidades.

Neste contexto, “[...] as cidades¹, produto da evolução humana e expressão mais contundente do processo de produção da humanidade [...]” (CARLOS, 2013, p. 25;26), mesmo com baixos índices e dimensões demográficas já fazem parte da paisagem social do país desde os períodos da Colônia e do Império, antes denominadas simplesmente de vilas e/ou povoados.

Ou seja, o surgimento das cidades trata-se de um fenômeno de concentração demográfica antigo, que acompanha a história do homem desde os tempos mais remotos. No entanto, a ocupação do território brasileiro propriamente dita só ocorreu no decorrer do século XVI a partir da colonização portuguesa. Em seguida, por volta do século XVIII, a população rural passou a migrar para as cidades, período marcado pela Revolução Industrial.

Grande parte das pesquisas realizadas a cerca deste tema concluem que o início de um processo de urbanização realmente consistente, só foi ocorrer mesmo com o advento da industrialização e que a partir de fins do século XVIII, as cidades que mais cresceram foram as industriais. E a partir da consolidação da industrialização do país a sociedade brasileira foi se transformando cada vez mais em urbana. Para Scalco (2009, p.01) esta foi:

A segunda grande transformação do Espaço que se deu com a Revolução Capitalista, abrangendo a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o Liberalismo. Começou na Europa, por volta do século XVIII, uma grande modificação na forma de produção de mercadorias, instituindo uma nova maneira dos homens se relacionarem consigo mesmos e com o meio ambiente, trazendo reflexos negativos para o equilíbrio ambiental e instituindo o uso predatório dos recursos naturais.

¹ O conceito de cidade é impreciso. Especialistas afirmam que “é quase impossível definir o que é uma cidade.” Não existem critérios claros e uniformes para defini-lo e os números não traduzem com precisão esse processo. Cada país utiliza seus próprios critérios para definir uma cidade. Dessa forma, a quantificação e a comparação dos índices mundiais de urbanização devem ser vistas apenas como uma indicação de tendências. Sendo assim, ao analisar uma cidade é necessário considerar as características que a diferenciam variáveis como o tamanho, a aparência, a densidade demográfica, as atividades econômicas, formas de vida e funções urbanas.*

Santos (1998, p.16) relata que “[...]o espaço habitado se tornou um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. Não pode ser comparado, qualitativa ou estruturalmente, ao espaço do homem anterior à Revolução Industrial[...]”. Carlos (2013, p.78) reforça que “[...] com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo [...]”.

Somente na segunda metade do século XX o Brasil se tornou um país urbano, quando mais de 50% da sua população passou a residir nas cidades devido ao modelo produtivo que mecanizava o campo. Essa ocupação assumiu novas formas espaciais e o processo de urbanização atingiu altos índices de elevação no final do século XIX e início do XX, tendo como principal fator: o capitalismo. A partir de então, “[...] verificou-se um fenômeno mundial de urbanização e industrialização e surgiram as cidades, como uma forma de organização sócio-espacial complexa, visando atender quatro necessidades fundamentais do homem moderno: habitar, trabalhar, circular e recrear[...]”. (SCALCO, 2009, p.01)

De acordo com Santos (2009, p.67), “[...] a partir dos anos 1960, e sobretudo na década de 1970, as mudanças foram quantitativas e qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o país conhece e que explicam a nova situação[...]”. De fato, as inovações proporcionadas pela Revolução Industrial impulsionaram o processo de urbanização e uma grande expansão das cidades sem precedentes na história. O crescimento econômico e a urbanização intensiva foram características primordiais do processo de desenvolvimento brasileiro. Santos (2012, p.13) explica que:

A urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial. Mais recentemente, e paralelamente à modernização, ela se generaliza nos países subdesenvolvidos; por isso, costuma-se associar a idéia de urbanização à de industrialização.

Ou seja, embora sempre seja feita essa associação entre industrialização e urbanização, pelo menos do ponto de vista econômico, ao analisar os fatos entende-se que a urbanização antecede a industrialização e infere-se que a cidade não é uma criação da Revolução Industrial e também não é um fenômeno criado pelo capitalismo, a cidade precede esse sistema econômico.

Mas, ao considerando a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista e seus efeitos mais aparentes, muitos estudiosos consideram os intensos processos de urbanização ocorridos nos últimos trinta anos, causa e efeito deste modelo econômico adotado. Nos debates sobre a questão das cidades, a expansão urbana é geralmente apontada como a principal consequência do capitalismo. O modelo econômico é questionado com base na degradação ambiental, no aumento da miséria, das injustiças sociais e outras preocupações por ele geradas.

Entretanto, como já citado anteriormente, as aglomerações humanas existem desde os tempos remotos. Mesmo que tenham colaborado decisivamente para o desenvolvimento urbano, não se pode afirmar que o processo de industrialização e o modelo econômico adotado tenham sido os únicos fatores geradores do modo de vida predominante nas cidades. Elas possuem várias outras funções urbanas político-administrativas, religiosas, militares, turísticas, portuárias, etc.

A cidade é resultado de um processo histórico-espacial, a maioria dos núcleos urbanos existentes possuem precedentes históricos, e cada cidade tem características próprias e originais que as diferenciam. Já a urbanização no Brasil é considerada como um fenômeno relativamente recente. No entanto, os processos urbanos ocorrem numa velocidade que acarreta profundas transformações estruturais e sociais, pelas quais, a sociedade brasileira vem passando desde o início da evolução humana.

Se, em meados do século XIX, a população urbana representava apenas 1,7% da população mundial, em 1950 tal porcentagem era de 21% e, em 1960, de 25%. Assim, a urbanização é um fenômeno não apenas recente como também crescente, e em escala planetária. (SANTOS, 2012, p. 13)

Com base neste contexto e considerando o ponto de vista de diversos autores, o próximo tópico consiste em apresentar conceitos necessários para o entendimento do processo de expansão urbana existente na escala local, regional e global. Vale lembrar que o processo pode ser identificado em todas as escalas, mas não acontecem da mesma forma e simultaneamente em todos os lugares.

Os conceitos e denominações, geralmente elaborados por estudiosos das questões urbanas, são instrumentos essenciais para a compreensão da condição urbana atual. Vale ressaltar que estes não estão prontos e acabados, além disso, diante da complexidade do processo, podem ainda surgir inúmeros novos conceitos.

1.2. EXPANSÃO URBANA: REFLEXO ESPACIAL DA DINÂMICA DAS CIDADES E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O rápido processo de urbanização se intensificou nas últimas décadas, transformou as cidades e gerou uma série de desdobramentos em função de seu crescimento. Até mesmo as pequenas e pacatas cidades que se constituíram lentamente ao longo de séculos, foram sendo transformadas e adaptadas para a vida moderna.

A vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade. Os habitantes parecem perder na cidade suas próprias referências. O andar apressado, o olhar distante e frio, um único pensamento: chegar depressa em algum lugar. São os papéis que assumimos ou nos são impostos pela sociedade urbana de hoje. (CARLOS, 2013, p.19)

Nas duas últimas décadas houve um crescimento urbano rápido e generalizado que fez da concentração da população em cidades um dos traços mais característicos do mundo atual. Para se ter uma idéia da proporção deste processo, até o século XIX, a extensão ocupada pelas maiores cidades podia ser medida em centenas de hectares, e atualmente, essas superfícies alcançaram uma amplitude quase impossível de ser medida - calculada em centenas de quilômetros quadrados.

Os grandes centros urbanos, as aglomerações urbanas e regiões metropolitanas exprimem que a cidade cresceu de maneira vertiginosa e, possivelmente vai continuar crescendo. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Estado das Cidades do Mundo 2010/11 indica que “praticamente todo o crescimento populacional do mundo durante os próximos 30 anos estará concentrado nas áreas urbanas”.

Esse recente e complexo processo da contemporaneidade segue uma lógica devastadora e similar dentro do território nacional e reproduz o mesmo padrão de urbanização que marcou historicamente o surgimento das cidades. Um padrão dicotômico: inclusão/exclusão nos serviços urbanos básicos. “A desigualdade que pode ser percebida “no olhar-se a paisagem é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano”. (CARLOS, 2013, p.24). É possível identificar disparidades de acesso aos bens e serviços urbanos em quaisquer das escalas: em áreas metropolitanas, em cidades médias ou em pequenas aglomerações.

Os desequilíbrios se agravam: êxodo rural, desemprego, "inchaço" das cidades, má distribuição de riquezas, etc. Os déficits habitacionais e de saneamento básico, a ilegalidade do uso e ocupação do solo, a ausência de áreas coletivas de lazer e os alarmantes índices de violência urbana se reproduzem na maioria das cidades brasileiras, excluindo grandes contingentes populacionais das vantagens da concentração de capital, renda, trabalho, informação, tecnologia, etc. Diminuindo assim, a "qualidade de vida" de muitos brasileiros.

Cabe ressaltar que esses problemas relacionados à habitação, salubridade e acessibilidade, mais precisamente à falta dos recursos básicos da vida urbana, como a água, o esgotamento sanitário, etc, são problemas urbanos sociais e ambientais resultantes da excessiva concentração populacional em cidades, agravados pelo desenvolvimento desigual ocorrido no território brasileiro. No qual só aumenta a proliferação de assentamentos com precariedades urbanísticas, ausência de saneamento básico, com altas vulnerabilidades sociais e riscos ambientais, entre outros graves problemas.

Atualmente, as cidades abrigam uma população que sobrevive desafiando espaços e o crescimento rápido das cidades não é acompanhado no mesmo ritmo pelo atendimento de infra-estrutura para a melhoria da qualidade de vida. A deficiência de redes de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, de pavimentação de ruas, de galerias de águas pluviais, de áreas de lazer, de áreas verdes, de núcleos de formação educacional e profissional, de núcleos de atendimento médico-sanitário é comum nessas cidades.

Pesquisas acadêmicas demonstram que os países em desenvolvimento compartilham, hoje, a tendência à expansão urbana, uma das maiores tendências da contemporaneidade, resultante da combinação de diferentes tipos de pressões² sobre a expansão territorial. Este crescimento das cidades, principalmente nos países em desenvolvimento, utiliza cada vez mais espaço. É um processo dinâmico, diverso, que ocorre em função da demanda e da produção de novos espaços nas cidades para atender as necessidades de seus habitantes. E assim, as cidades mudam constantemente, são construídas, reconstruídas e transformadas. Na maioria dos casos é um processo desordenado, geralmente resultando em áreas mais carentes como as favelas, periferias das cidades.

² De forma simplificada, essas pressões ocorrem em função da necessidade de moradia e podem ser classificadas em dois grupos: a suburbanização e a periurbanização residenciais. As áreas peri-urbanas geralmente não possuem autoridade administrativa ou regulamentos claros sobre o uso da terra. *

Este contexto ocorre em diversos lugares, com ritmos e especificidades distintas, geram realidades espaciais complexas e evidenciam novas formas urbanas que nem sempre são eficientes e equilibradas. É visível que o caráter do urbano tem se modificado, frente ao processo e à própria dinâmica de transformação do território, como produto de uma nova realidade na qual as cidades passaram a ser inseridas.

As cidades brasileiras de hoje são a expressão urbana de uma sociedade que nunca conseguiu superar sua herança colonial para construir uma nação que distribuísse de forma mais equitativa suas riquezas. Do ponto de vista histórico, o crescimento das áreas urbanas segundo um padrão de expansão periférico não é novidade, de certa forma, foi sempre assim que se deu o processo de ocupação humana no território.

Segundo o Relatório sobre o Estado das Cidades do Mundo elaborado pela ONU (2010/11, p. 05) “[...] a expansão espacial das cidades não é motivada pela preferência dos moradores por um estilo de vida nos arredores da cidade, e sim pela crise de regulamentação do solo, falta de controle das áreas periféricas da cidade, mau controle do planejamento das subdivisões do solo [...]”.

Neste sentido, BUENO (2007, p.02) explica que:

O meio urbano é estratégico para a reprodução da força de trabalho (desde a garantia de sobrevivência até as condições de conforto e vida sócio-cultural) e para o apoio a reprodução do capital na produção, circulação e troca (sistemas de energia, comunicação e transporte de mercadorias e trabalhadores, centros de consumo, disponibilidade de água e remoção de resíduos). Ao mesmo tempo, o ambiente construído é objeto de interesses econômicos específicos: os proprietários de terra e edifícios, os incorporadores imobiliários, o capital financeiro envolvido com a produção de espaços e as empresas construtoras dos edifícios privados e dos edifícios, vias, viadutos, e das obras de infra-estrutura, a maioria financiada pelo fundo público. O ambiente urbano é fortemente impactado pelos investimentos públicos.

Ou seja, as transformações que dão novo conteúdo ao urbano estão relacionadas ao conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras que reorientam usos e funções dos lugares da cidade num processo de reprodução espacial que se converge para a segregação sócio-espacial na cidade.

1.3. EVOLUÇÃO URBANA E O APARATO LEGAL: AVANÇOS E ENTRAVES DA LEGISLAÇÃO

O desordenamento do território é visível em todo o país e tanto o Brasil quanto outros países que se urbanizaram de forma rápida apresentam graves problemas urbanos provocados pelo inchaço das cidades. A macrocefalia urbana³ é uma das consequências do crescimento desequilibrado do tecido urbano e fruto de construções sem regras nem critérios

As cidades representam hoje a expressão máxima do espaço artificial construído pelo ser humano, e quando as atividades antrópicas não são realizadas disciplinadamente, seguindo os adequados parâmetros urbanísticos e ambientais, causam diversos tipos de poluição, com sacrifício à qualidade de vida, acirrando o indesejável conflito entre os interesses da proteção ambiental e do desenvolvimento socioeconômico, contrariando os princípios do almejado desenvolvimento sustentável.⁴

Neste sentido, a urbanização é percebida como uma das formas mais agressivas de relacionamento entre o homem e o meio ambiente, onde a busca pela organização do espaço e da sociedade implica não só uma revolução na organização do espaço físico, como também do próprio corpo social, da maneira de ser e de viver do homem e da sociedade.

Santos, (1988, p.16) reforça que:

O meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva, crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo.

³ Fenômeno que produz cidades completamente desprovidas de infra-estrutura e planejamento. Além das cidades milionárias, desenvolvem-se cidades intermediárias ao lado de cidades locais, todas, porém, adotando um modelo geográfico de crescimento espraiado, com um tamanho desmesurado que é causa e é efeito da especulação. (SANTOS, 1988. Pág.09;10)

⁴ Deve-se estar atento para esse processo, pois a sustentabilidade do aglomerado urbano metropolitano, em sua componente físico-urbanística, relaciona-se com as seguintes variáveis: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (disponibilidade de água); a descarga de resíduos (destino e tratamento de esgoto e lixo); o grau de mobilidade da população no espaço urbano (qualidade do transporte público de massa); a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e a qualidade dos espaços públicos. *

Sabendo que o espaço urbano é artificial, construído e manipulado através de um conjunto de ações sociais, políticas e econômicas, onde as relações entre os atores envolvidos nem sempre resultam na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria e diante da necessidade de crescimento urbano torna-se relevante a discussão dos aspectos da construção de moradias urbanas relacionadas a questões ambientais, em paralelo com o papel da Administração Pública.

Como vimos, a acelerada urbanização transforma espaços naturais e interfere no meio ambiente, tem-se então a importância dos aparatos legais que regulem esse processo. Carlos (2013) comenta que a responsabilidade é de toda a sociedade:

Pensar numa cidade humana, num novo urbano significa a superação da atual ordem econômica, social, jurídica, política e ideológica, a partir da participação de toda a sociedade brasileira, através da ampliação dos espaços de representação, do fortalecimento dos sindicatos e dos partidos autênticos. As conquistas democráticas colocam-se como fundamentalmente prioritárias para o avanço em direção à construção de uma nova sociedade. CARLOS, 2013, p. 33)

Maricato (2012) também discorre sobre a falta de conhecimento e de informações sobre a questão urbana:

A ignorância generalizada sobre o espaço geográfico e urbano no Brasil é imensa. [...] Assim como a desinformação sobre a história da cidade e sobre orçamento municipal. Construir um novo paradigma sobre as cidades, ainda que no contexto da periferia do capitalismo, exigiria uma mudança cultural, possível apenas a médio ou longo prazo. Combater o analfabetismo urbanístico significa elucidar a estratégia das forças selvagens que fazem do solo urbano e dos orçamentos públicos pasto para seus interesses. (MARICATO, 2012, p.45)

A preocupação com o uso e ocupação racional do solo existe desde os primórdios da história da humanidade e se evidencia cada vez mais na atualidade em função da inexorável urbanização. Ou seja, os cuidados com a ocupação de determinados espaços para abrigar pessoas aumentaram em decorrência do crescimento das cidades que advém da expansão urbana.

Para que os resultados da urbanização não sejam desastrosos tanto no ecossistema quanto na qualidade de vida das pessoas existem os aparatos legais que deveriam regular esse processo que transforma espaços naturais e interfere constantemente no meio ambiente. Porém, as discussões que envolvem os aspectos da construção de moradias urbanas geralmente abordam apenas o crescimento urbano e não o desenvolvimento urbano como um todo.

Apesar de possuir vasto aparato legal para o planejamento urbano, os mais críticos afirmam que este [...] ignora a existência humana e suas relações sociais, não considera o espaço como uma totalidade viva, dinâmica e composta de agentes sociais diversos que também nele interferem. Para eles, o planejamento urbano é perda de tempo, injusto, pois as ações do Estado são contraditórias e em grande parte a serviço das classes dominantes. [...] (COSTA;SUZUKI, 2012, p. 118;119)

Não se deve esquecer que no início do século passado, as dinâmicas de urbanização da cidade explicitavam processos de valorização fundiária e imobiliária que iriam constituírem uma matriz de exclusão que perdura até hoje. É importante lembrar também que desde a jovem república ou no Brasil industrial, o acesso à cidade urbanizada só foi possível para aqueles que pagaram por ela. O controle do território sempre esteve na base do poder econômico e político, e a dinâmica social que se tem desenvolvido nas últimas décadas é a resultante de da ação estruturalmente enviesada do Estado somada à ação de mecanismos mercadológicos que agravam o quadro de desigualdade sócio-ambiental.

Apesar da base legal para fazer mudanças, a propriedade fundiária e imobiliária continua a fomentar a desigualdade social e urbana. A geração e captação da renda fundiária e imobiliária continua a orientar o crescimento urbano e a falta de controle sobre o uso e a ocupação do solo no Brasil. O aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado, de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis. (MARICATO, 2012, p.70)

Carlos (2007, p. 27) ressalta que:

Assim, o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado no qual a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, fato que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano. O processo de fragmentação da cidade caminha junto ao processo de mundialização, embora de forma contraditória. Homogênea e fragmentada, a cidade revela, ainda, a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social e esta estratificação revela as formas da segregação urbana.

Carlos (2007, p.83) ao observar esta questão fez um alerta:

O espaço tornado mercadoria, isto é, submetido às estratégias imobiliárias, voltado às novas necessidades da reprodução, se recria em função de objetivos específicos que fogem e se sobrepõe aos desejos dos habitantes, de modo coercitivo. Nesse processo, as pessoas se sentem desenraizadas e sem referenciais.

Santos (2003, p.193;195), ao analisar os objetos geográficos que poderiam provocar transformações na sociedade verificou que “[...] o planejamento urbano constitui muitas vezes meramente uma fachada para operações capitalistas. E que conseqüentemente, o crescimento econômico se vale do capital concentrado a serviço de uma estrutura capitalista que gera pobreza[...]”.

A maior parte do território urbano do País ainda tem sido constituído mediante parcelamento irregular do solo. São os chamados “loteamentos clandestinos”, empreendimentos realizados à margem da legislação urbanística, ambiental, civil e penal, em que se abrem ruas e demarcam lotes sem qualquer controle do Poder Público. Para Maricato (2012) “[...] a invasão de terras urbanas é consentida, mas apenas em áreas não valorizadas pelo mercado imobiliário. Nas áreas de proteção ambiental a lei não se aplica, mas nas áreas valorizadas pelo mercado a ordem de despejo é dada em poucas horas[...]. (MARICATO, 2012, p. 133)

Os assentamentos assim constituídos não obedecem a qualquer planejamento urbanístico e são totalmente carentes de infra-estrutura. Portanto, a origem, dos principais problemas urbanos está na ocupação irregular do solo. As políticas que sustentam o parcelamento, uso e ocupação do solo e as práticas urbanísticas que viabilizam estas ações têm papel efetivo na meta de conduzir as cidades no percurso do desenvolvimento sustentado, mas, os interesses econômicos muitas vezes se sobressaem às normas de planejamento pautadas em tais leis, como comenta Maricato (2012):

[...] Há uma distância imensa entre discurso e prática entre nós. [...] A ambigüidade na aplicação da lei é funcional para alimentar a dependência política das práticas de favor e manter a subordinação própria da informalidade ou da ausência de direitos formais. [...] Um cenário de “faz de conta geral”, onde a legislação, urbana e ambiental é bastante detalhada e avançada (até para o contexto internacional), mas aplicada de acordo com as circunstâncias e apenas a uma parte do território. (MARICATO, 2012, p. 96; 120;133)

Ao invés das políticas darem conta das disparidades e bolsões de pobreza o que temos é a reprodução das mesmas carências de serviços básicos de infra-estrutura, característicos do processo histórico de formação das cidades brasileiras. A ausência de investimentos públicos, da inoperância e ineficácia dos modelos de ordenamento e planejamento territorial, produzem uma cidadania restrita à apenas uma parte da sociedade.

A legislação existe e foi criada para limitar o uso e ocupação do solo, mas, se fizermos um balanço desses projetos o resultado não será nada animador. Muitos dos planos não atingiram as metas propostas, outros nem chegaram a sair do papel. O poder público parece que assiste passivamente e até incentiva à ocupação desordenada e predatória das periferias, tornando a vida nas cidades um pesadelo para os cidadãos.

A situação das cidades piorou muito nos últimos 30 anos e continuará a piorar, ainda que os investimentos em habitação e saneamento tenham sido retomados pelo governo federal a partir de 2003. Não houve controle sobre o uso e a ocupação do solo – questão central para garantir justiça social e preservação ambiental. A ação do Estado pouco variou enquanto se verificava a grande industrialização que comandava a produção do espaço metropolitano. Sua ação deu-se sempre no sentido de intervir para ajustar a desordem, e não para suprimi-la. Assim, as metrópoles brasileiras expandiram-se para o alto e para os lados de forma frenética, produzindo e reproduzindo novas e antigas formas de segregação espacial. (MARICATO, 2012, p. 77)

Tendo em vista que em muitos países em desenvolvimento, a expansão urbana tem se caracterizado pela informalidade, pela ilegalidade e pelos assentamentos sem planejamento é urgente a necessidade do Estado de cumprir sistematicamente um papel de controle sobre a produção do espaço urbano, pois a qualidade do meio urbano aparece, hoje, indissociável da qualidade de vida.⁵ Em suma, o despreparo e o não seguimento de princípios básicos, no que concerne a gestores públicos, podem, obviamente, culminar em ações sistêmicas que venham a causar danos ambientais irreversíveis arcados por todos.

O Brasil é, assim, detentor de um aparato legal que prevê processos necessários para que edificações, públicas ou privadas, possam ser erguidas sem que, potencialmente, as mesmas venham causar danos ambientais. Em todos os entes da Federação - União, Estados, Municípios e Distrito Federal – há elementos normativos que devem ser respeitados e que levam em consideração a melhoria da qualidade de vida da população, relacionada com a não degradação e preservação ambiental. Maricato (2012, p. 44) evidencia que “não é por falta de planos e leis que as cidades no Brasil estão como estão”. Diante do exposto, fica evidente que o acelerado processo de urbanização pelo qual o Brasil tem passado sofre com a leniência do poder público.

⁵ A qualidade de vida urbana não se restringe apenas à satisfação das necessidades básicas, de natureza econômica, social e cultural.*

1.4. SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS URBANOS

A segunda metade do século XX marcou a aceleração do processo de produção do espaço urbano no Brasil. Foi a partir deste avanço da urbanização, pelo qual as cidades vem passando nos últimos anos, que surgiram grandes discussões em busca por novas propostas para ocupação do solo urbano e de soluções para os problemas decorrentes. Carlos (2007, p.19) salienta que:

A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização nos dias de hoje; uma tarefa, a meu ver, coletiva, apoiada em um debate que seja capaz de contemplar várias perspectivas teórico-metodológicas como possibilidades abertas à pesquisa urbana. Por outro lado, não se pode ignorar o conhecimento acumulado sobre a cidade, que engloba um profícuo debate interdisciplinar, resultado do esforço das ciências parcelares na direção da lucidação da cidade.

Inúmeros debates, congressos e conferências já foram realizados com a intenção de trazer à discussão a crise urbana, consolidando a idéia e necessidade de uma reforma urbana. Esses eventos geralmente contemplam questões éticas, metodológicas e conceituais com vistas à transformação urbana. Assim a expansão urbana se tornou tema amplamente discutido nas instituições públicas, pela população, cientistas sociais, e particularmente pelos geógrafos que,

[...] após passar por um relativo atraso sobre estudos urbanos retomaram nos últimos anos as análises críticas a respeito do processo de urbanização e produção do espaço [...]. Passam então a apresentar uma produção significativa, qualitativamente, recuperam o tempo perdido, avançam, com economistas, sociólogos, antropólogos etc., para o melhor equacionamento das agudas questões urbanas no mundo subdesenvolvido. (PAVIANI, 2010, p.11;12)

Ainda segundo este autor, os problemas urbanos das grandes cidades receberam tratamentos diferenciados por parte dos especialistas, sendo que a maior parte das pesquisas demonstrava apenas o levantamento dos problemas ocasionados pelo crescimento urbano. No campo do conhecimento geográfico as relações homem-meio são consideradas responsáveis pela configuração do espaço geográfico, e uma das conseqüências desse processo é o arranjo estrutural das cidades. As análises geralmente estão voltadas para relações socioeconômicas no espaço urbano, ou seja, os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que dão lugar à pobreza urbana.

Para Carlos (2007, p.20):

A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. No Brasil, no plano da pesquisa urbana, várias perspectivas teórico-metodológicas despontam no horizonte; porém, na medida em que os caminhos da pesquisa são múltiplos, nenhuma corrente pode ter a pretensão de ser a “verdadeira”. CARLOS (2007, p. 20)

O que significa dizer, que do ponto de vista da Geografia, o processo de urbanização não se explicita pelo simples crescimento da cidade – através do movimento migratório, ou do comportamento demográfico –, mas em seus conteúdos: o modo de vida urbano com seus valores culturais e suas novas relações espaço-temporais. Sendo assim,

A análise deve captar o processo em movimento e, no mundo moderno, esta orientação sinaliza a articulação indissociável de três planos: **o econômico** (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e **o social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). (CARLOS, 2007, p.21)

A Geografia Urbana poderá fornecer informações imprescindíveis para o enfrentamento dos novos e velhos desafios do mundo que se urbaniza a passos acelerados. Paviani (1978) (apud PAVIANI, 2010, p.113) informa que:

O enfoque geográfico visando contribuir para o planejamento urbano ocupa cada vez mais espaço em periódicos nacionais e estrangeiros, sendo também crescente o número de livros que tratam do assunto. Esse interesse tenderá a aumentar na medida em que a urbanização avançar e no grau dos desafios que isso acarretar ao planejamento.

Este variegado arcabouço teórico da geografia urbana, composto por reflexões de um conjunto de autores que se dedicam tanto á pesquisa urbana no Brasil quanto a produção do espaço urbano no Distrito Federal foram, sem dúvida, essenciais para a realização desta pesquisa.

CAPÍTULO II – 2. A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO PLANALTO CENTRAL A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: ASPECTOS RELACIONADOS À IMPLANTAÇÃO DE BRASÍLIA

Brasília é fruto de um longo processo e de um plano urbanístico rigoroso. Apontada como marco das muitas iniciativas e intenções que previam o desenvolvimento do Planalto Central. Por ter sido projetada de acordo com diretrizes modernas é considerada uma das maiores expressões do urbanismo moderno. Fato que a fez lograr o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. O maior título conferido à arquitetura de Brasília, pela ONU.

É importante ressaltar as especificidades do processo de ocupação dessa porção do território brasileiro se comparada a outras grandes cidades e metrópoles nacionais. Brasília, aqui tomada como marco lógico do processo de interiorização brasileira, destaca-se não pelas especificidades relacionadas ao seu processo de criação e construção, mas pelas possibilidades de ordenamento territorial dadas pela quase inexistência de antecedentes relacionados à ocupação territorial urbana e pela propriedade pública de grande parte das terras destinadas à nova capital. (DA GUIA;CIDADE, 2010, p.147)

A história do uso da terra no Distrito Federal a partir da transferência da capital do país para o Planalto Central foi marcada por desafios e muitas polêmicas ao longo do caminho percorrido pelos governantes. Trata-se de um caminho repleto de disputas políticas e administrativas mascaradas sob o discurso de uma mudança que representaria um novo impulso para o progresso brasileiro, um sonho para muitos visionários e “utopia” para outros.

As estratégias militares, políticas, econômicas, sociais e culturais são alguns dos elementos que constituem essa conjuntura histórica, que vai desde as idéias de transferência da capital para o interior do país, vislumbradas nos tempos do império, até a inauguração de Brasília. Foram muitos os percalços em mais de dois séculos de idealizações, discussões, expedições, especulações até a concretização da Capital com a construção da cidade de Brasília. Muitas idéias e intenções sinalizaram a possibilidade de a capital do Brasil ser implantada no Planalto Central, muitos argumentos foram utilizados para justificar a transferência da capital. O argumento das potencialidades e riquezas naturais que a região possuía era o mais utilizado, além disso, questões político-estratégicas de segurança também foram argumentos recorrentes.

Além destes, outro discurso que também fora muito utilizado como justificativa para a construção da cidade estava relacionado à baixa densidade demográfica da região, a qual era substituída pela errônea idéia do despovoamento, plantava-se a noção de vazio e atraso da região. Referências socioculturais raramente foram abordadas, a região central do Brasil representava um vazio, como se na região não existissem pessoas e muito menos uma cultura local.

O território do Distrito Federal, Brasil, é um *mosaico morfológico*. Brasília não foi construída em território virgem: os núcleos urbanos de Planaltina (século XIX) e de Brazlândia (anos 1930) e sedes isoladas de fazendas preexistiram a edificação da nova capital. O *modernismo clássico* de Brasília contrastou, de início, com o *vernáculo* de construções seculares. (HOLANDA, 2003, p.02)

É voz corrente nos meios de comunicação e em outros setores da sociedade que a história de ocupação desta região teve início com a construção de Brasília. No entanto, pesquisas acadêmicas evidenciam que Brasília surgiu como uma etapa dentro desse processo histórico de ocupação e uso do território do Planalto Central. De acordo com estudos sobre a região, já existia aqui uma conformação urbana, assim, ao ser criada na região central, Brasília passou a conviver com os núcleos urbanos já existentes no Centro Oeste. Com a mudança da Capital do país, transformou-se também a configuração territorial do Planalto Central e de toda a região Centro-Oeste.

A região previamente definida pela Comissão Exploradora do Planalto Central, mais conhecida como Missão Cruels, demarcou uma área de 14.400km², na qual se localizavam antigas fazendas do estado de Goiás pertencentes aos municípios de Formosa, Luziânia e Planaltina. Segundo o IBGE, em 1950, a população dos municípios goianos de Planaltina, Formosa e Luziânia, era respectivamente de 23.273, 19.657 e 7.335 habitantes, dois deles, cidades já consolidadas como Planaltina (1859) e Brazlândia (1933). (SILVA, 2008)

Esse território atingia partes significativas dos territórios de três municípios goianos: Planaltina-GO (lugar que, depois da criação do Distrito Federal, passou a denominar-se Planaltina-DF), Formosa e Luziânia. As três localidades já existiam como povoados ou arraiais desde meados do século XVIII. (MAGALHÃES, 2010, p.23)

Núcleos urbanos goianos já existiam: Planaltina e Brazlândia. Em 1957, a NOVACAP tomou posse, domínio direto e ação dos imóveis rurais dessa região de Goiás. Na época foram registradas 19 fazendas e sete imóveis rurais. Nesses núcleos urbanos existentes já apresentavam algumas manifestações culturais. A dinâmica social das famílias já se realizava nos encontros de festas religiosas como a do Divino Espírito Santo e do Muquém. Essas festas faziam e ainda fazem parte das referências dos antigos moradores de Goiás. (JÚNIOR, et. Al, 2001, p.33;34)

Para esses núcleos preexistentes à Capital, “[...] o evento radicalizador das mudanças e que teve o peso de uma interferência radical em sua estrutura social, acontece com o início das desapropriações de terras necessárias para a formação do futuro Distrito Federal, ocorrido em 1955[...]” (MAGALHÃES, 2010, p.23)

Planaltina, foco de estudo desta pesquisa, era um desses núcleos e serviu de ponto de apoio para as pesquisas da comissão durante dois anos, suas terras e imóveis rurais foram desapropriados para comporem o território do Distrito Federal. A princípio, os núcleos urbanos existentes não eram objeto de desapropriação. Porém, para atender a necessidade pública e conveniência social, as terras foram desapropriadas pelo governador do estado de Goiás à época, José Ludovico de Almeida, pelo Decreto nº 480, de 30/04/1955. (JÚNIOR, et. Al, 2001, p.26;33)

A partir deste ponto da história, no qual ocorreu um processo de desapropriação de terras para a construção da nova capital é possível verificar que a ocupação do território do Distrito Federal vem sofrendo desde o início uma intensa desordem fundiária em função da incerteza acerca da propriedade e dos limites territoriais das terras que compõem o seu território. Fonseca e Netto (2001) abordaram o assunto em um trabalho importante para a compreensão da história da implantação de Brasília e destacaram que:

O fato de as desapropriações das terras não se terem efetivado em todo o Distrito Federal, gerando uma série de situações de “desapropriações em comum”, com indenizações incompletas e indefinições dos limites desapropriados, transformaram a experiência inédita de controle da terra em uma grande questão fundiária. (FONSECA; NETTO, 2001, p. 259)

A forma como se deu o início do processo, com a precariedade dos registros imobiliários dos imóveis e a intensa especulação imobiliária ocorrida na região também foram fatores determinantes para o início da desordem urbana. Os autores e pesquisadores da história de Brasília, Da Guia e Cidade (2010), retrataram claramente a situação:

No contexto da urbanização brasileira, mesmo com as condições favoráveis a um processo diferenciado da tradição urbana e social do país, Brasília não fugiu à regra geral. A propriedade pública da terra e a forte presença estatal como “força motriz” da economia local passaram a ser utilizados como instrumentos de organização socioespacial seletivos e excludentes. O processo estendeu-se a toda a região que hoje conforma o Aglomerado Urbano. De forma simplificada, pode-se afirmar que o Aglomerado Urbano de Brasília vive, desde a sua implantação no Planalto Central, um impasse entre o crescimento demográfico, o oligopólio de terras e a forte presença do Estado na estruturação socioespacial. Tal impasse aponta para uma dupla realidade: a) a de centro urbano consolidado, concentrador de renda e população e b) uma periferia regional formada por municípios de baixa dinâmica econômica, com elevadas taxas de migração e mobilidade pendular, indicadores do forte descasamento espacial entre local de moradia e trabalho (DA GUIA; CIDADE, 2010, p. 146;147)

2.2. DO DISCURSO MODERNISTA E PLANEJAMENTO IDEALIZADO AO REAL VIVENCIADO NA TRAJETÓRIA DE IMPLANTAÇÃO E NO DESENVOLVER DA CIDADE DE BRASÍLIA

O projeto de construção da nova Capital Federal no interior do país foi concebido com propósitos bem definidos pelo Estado e pelos setores sociais influentes. Segundo Peluso e Oliveira (2012, p. 41), na época da implantação de Brasília “surgiu uma nova concepção urbanística que pretendia construir um espaço ordenado para eliminar o caos e proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores urbanos.”

A cidade era sonhada como solução, pois os problemas ficariam fora do território a ser construído. O urbanismo modernista era visto como se fosse um remédio para sanar situações urbanas caóticas, o qual deveria eliminar a desordem da cidade tradicional. Embora o planejamento e ordenamento territoriais tenham tido papéis significativos no processo de formação e consolidação do seu espaço urbano, Brasília não fugiu aos processos negativos da urbanização, comum a todas as cidades até mesmo as planejadas.

O sonho caracterizou o que muitos chamam de “Utopia”, pois a realidade do DF se destaca no contexto apresentado como uma verdadeira contradição, disseminou-se aqui também os problemas oriundos da urbanização, identificados na maioria das regiões brasileiras e que exigem soluções difíceis de serem encontradas, pois há vários impactos irreversíveis.

Apesar dos esforços para desenvolvimento dos projetos urbanísticos e para o controle do uso e da ocupação do território, desapropriado para a construção da ordenada cidade, a pressão migratória rompeu os limites imaginados inicialmente.

Logo após o concurso nacional para o Plano Piloto de Brasília ocorreram transformações consideráveis no projeto de Costa. Antes mesmo da inauguração surgiram as cidades satélites – o *modernismo periférico*, que reproduz traços do Plano Piloto sem suas qualidades expressivas. Os *assentamentos das empreiteiras* foram construídos pelas empresas da construção civil para abrigar técnicos e operários – claramente diferenciados no espaço, ao contrário do que reza o mito. Mas nem todos tinham acesso a essa solução: os *assentamentos populares* – assemelhados às tradicionais favelas brasileiras – foram a solução alternativa para vastos contingentes migratórios. (HOLANDA, 2003, p. 02)

O crescimento ao seu redor foi tão rápido e intenso que mesmo antes da consolidação das cidades satélites já existiam invasões para abrigar as pessoas que ficaram de fora das regiões planejadas - os “candangos” que trabalhavam na construção da cidade – população indesejável e excluída do Plano Piloto. Os núcleos pré-existentes e os acampamentos começaram a receber trabalhadores de todas as regiões.

A chegada dos operários e as demandas destes por moradia começaram a se confrontar com os interesses dos agentes de comando da construção da cidade. Entendemos que a partir deste momento delineou-se o início da produção contraditória do espaço urbano de Brasília. A contradição passa a se revelar pelas medidas de alocação do operariado em áreas periféricas do quadrilátero, configurando a segregação social no espaço da “Capital da esperança”. (LEITE, 2009, p. 61)

Diante do avançado processo de invasões as primeiras cidades-satélites foram construídas às pressas, logo não foram criadas seguindo as mesmas diretrizes e premissas modernistas de implantação do Plano Piloto e passaram a ser uma versão inacabada desse planejamento, outra “arquitetura”, também produzida pelo Estado que modificou a ordem do planejador. Peluso e Oliveira (2012, p.51) informam que “[...] este foi um dos fatores que levaram o planejamento governamental a fazer algumas adaptações ao projeto de Lúcio Costa para atender as demandas habitacionais que já se faziam desde o início da construção[...]”.

Nunes e Mauro (2008, p. 376) indicam que “[...] havia referências às cidades-satélites, mas nenhum projeto mais acurado foi feito para elas, fora a identificação de algumas de suas possíveis localizações dentro do perímetro do futuro Distrito Federal[...]”. Fonseca e Netto (2001, p.259) revelam que “[...] as cidades satélites nasceram de projetos urbanísticos e não de um processo de planejamento. Surgiram por meio de pressões de demandas por habitação, forçando, constantemente, a expansão dos espaços residenciais[...]”.

Para eles “[...] projetos isolados, produzidos, em geral, de forma incrementalista, não constitui um processo de planejamento[...]. Assim cresceram as cidades satélites, a partir da pressão dos imigrantes por habitação e em função da ausência de planejamento urbanístico e das políticas populistas desenvolvidas no Distrito Federal. A cidade que surgiu visando uma urbanização moderna no final do século XIX trazia como meta principal uma organização do espaço capaz de promover uma sociabilidade urbana, entretanto, essa sociabilização não aconteceu.

No plano inicial deveria haver uma integração das pessoas sem distinção social, mas no decorrer do processo o que houve foi a elaboração de planos que separavam claramente as pessoas de maior poder aquisitivo das menos favorecidas. Por este motivo muitos pesquisadores afirmam que a urbanização de Brasília foi concebida de uma forma segregacionista planejada, na qual foi estabelecido um núcleo rodeado por algumas localidades, que até 1998 eram chamadas de cidades satélites – criadas para abrigar a população de baixa renda que se formava bastante próxima à área central. De acordo com Campos (1988, p.81) desde a construção da cidade já ocorria uma:

Selektivização espacial, pois o Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante dos trabalhadores menos qualificados.

As cidades satélites abrigaram os excedentes do Plano Piloto e se tornaram um prolongamento da estrutura urbana da Capital da República. Peluso e Oliveira (2012, p. 52) relataram que “[...] a população proveniente de diferentes segmentos ocupacionais não pôde ser absorvida no Plano Piloto. Assim, os que não se enquadravam nos diversos escalões de governo e nos diversos segmentos da classe média e do empresariado, não tinham lugar para morar[...]”. Para Peluso (2003, p.12;16):

As massas assustadoras, ou seja, a população pobre, trabalhadora e operária, e a falta da habitação materializaram-se como problemas da cidade. As contradições sociais foram diagnosticadas como desordem do corpo social (isto é, como doença), o que significava negar as relações sociais que se encontravam no âmago da desordem, a solução proposta foi a ordem nacional. As soluções de planejamento propostas foram conservadoras, dentro do estilo de periferização e regulação da massa trabalhadora.

Para Holanda (2003), esses problemas foram produzidos pelo próprio Estado, que tentava regular o processo através de projetos paliativos. “A satelitização precoce de Brasília é sua maior metamorfose. Produzidas pelo Estado, estavam em áreas distantes e às vezes ecologicamente inadequadas. Estas não passavam de enormes conjuntos habitacionais, sem saneamento básico, serviços públicos essenciais, abastecimento eficiente ou empregos. (HOLANDA, 2003, p. 07;08).

Seguindo a lógica do processo de urbanização do Distrito Federal, a dinâmica do mercado imobiliário se tornou um dos principais fatores responsáveis pela gritante segregação sócio-espacial vivida neste território, pois o Plano-Piloto é hoje um dos metros quadrados mais caros do país, o alto valor de seus imóveis afasta cada vez mais a população de baixa renda para lugares mais afastados da cidade.

A ausência de uma política habitacional no país e no DF que garantisse a oferta planejada de moradia para as diferentes faixas de renda, levou um grande número de pessoas à busca de soluções habitacionais em áreas disponibilizadas por parceladores privados e mesmo por grileiros de terras públicas, independentemente da observância da legislação urbanística ou ambiental. (FONSECA;NETTO, 2001, p. 259)

Ao analisar os fatos é possível verificar que o espaço urbano no Distrito Federal foi produzido e está sendo reproduzido por meio de ações onde o capital cria espaços privilegiados com infraestruturas diferenciadas para a população de classe alta. Apesar de ter sido planejada estrutural e socialmente, Brasília transformou-se em um paradoxo urbano. De um lado, a classe elitizada favorecida pelo acesso à infra-estrutura necessária, e do outro, a classe composta por operários e imigrantes de baixo poder aquisitivo que não foram ingressados no mesmo sistema. Ou seja, desde o início o processo provoca a segregação residencial gerando uma crescente massa de excluídos sociais. No Relatório sobre o Estado das Cidades do Mundo (2010/11, p.30) este fato é tratado da seguinte forma:

“[...] a distribuição espacial da população na cidade de acordo com a condição social dos habitantes, reforça as desigualdades existentes [...]; E assim, o espaço *urbano se apresenta dividido* entre “os que têm” e “os que não têm”. O urbano dividido pode ser caracterizado por várias formas de inclusão/exclusão. Alguns são excluídos dos benefícios da expansão urbana e da prosperidade. A eles é negada a vantagem urbana.

Leite (2009, p. 65) também abordou a questão da seletivização espacial e coloca que “[...] a partir da relação conflituosa entre as demandas dos trabalhadores e a atuação do Estado começou a se configurar o “polinucleamento” de Brasília”[...].

A organização do espaço urbano processou-se então, sob o formato de assentamentos habitacionais distantes entre si e do centro. Carentes de infraestrutura, equipamentos urbanos e atividades econômicas e produtivas, esses núcleos habitacionais caracterizavam-se predominantemente como cidades dormitórios, fortemente dependentes do Plano Piloto. Logo, visualiza-se na atuação do Estado um papel central na espacialização das desigualdades sociais. (LEITE, 2009, p.65)

Diante dos fatos apresentados é possível verificar que o espaço produzido na fase de consolidação de Brasília expressa em grande parte os interesses dos agentes sociais dominantes. Principal fator que favoreceu a população abastada em detrimento da classe trabalhadora. A implantação de Brasília priorizou a satisfação das necessidades dos moradores do Plano Piloto em detrimento da qualidade de vida da população que já habitava o Planalto Central.

Essa grandiosa obra não beneficiou as populações mais pobres, pelo contrário, a suposta resolução dos problemas imediatos da região central gerou o caos ao seu redor, como a periferização, a construção de submoradias aliados a escassez dos serviços públicos, principalmente os de infra-estrutura urbana foram criados pela própria cidade considerada por muitos, “planejada”. A segregação/marginalidade percebida aqui não é apenas econômica ou social, é principalmente espacial, uma vez que grande parte da população do Distrito Federal mora em favelas e cortiços precários, em sua maioria, ilegais – marginalizados em bairros afastados e carentes de serviços básicos.

Oliveira (2008, p. 50) ressalta que “[...] a concepção original da cidade não considerou as possibilidades de sua expansão urbana e regional. No próprio edital do concurso para escolha do Plano Piloto não continha setas indicadoras para o desenvolvimento de uma aglomeração urbana [...]. Além disso, o discurso modernista e o racionalismo sectário, mascaravam as verdadeiras intenções de instrumentalizar o espaço e inseri-lo na lógica mercadológica a serviço do capital. Faltou a compreensão de que Brasília seria acima de tudo, uma cidade para uso das pessoas comuns que nela trabalham, circulam, habitam.

Fica claro que o planejamento urbano não pode ser separado do planejamento social, é necessária a existência de uma política eficaz, capaz de integrar populações menos favorecidas. Para Costa e Suzuki (2012, p.145) trata-se de um desafio e os geógrafos devem “[...] encarar a proposição de novos métodos e modelos para a leitura do território [...]” Para os autores:

[...]Pode ser uma saída para a captura do espaço em movimento, em que o planejamento pode ter um outro significado que não o de dominação e controle, mas o de projeção de caminhos possíveis para o alcance de uma nova justiça social, em que os sujeitos empobrecidos pela inclusão subalterna, marginal precária possam ter a possibilidade de sonhar e de lutar por um futuro melhor[...]. (COSTA;SUZUKI, 2012, p.145)

2.3. ASPECTOS GERAIS DA URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E OS MODOS DE VIVER FORJADOS COM A CRIAÇÃO DE BRASÍLIA

A segunda metade do século XX marcou a aceleração do processo de urbanização no Brasil, e no Distrito Federal este processo assumiu grandes proporções a partir do processo de implantação da Capital Federal, em 1960. Aqui na região do Distrito Federal, o crescimento urbano acabou sendo muito maior do que se esperava. Nem tudo que foi planejado aconteceu e o Distrito Federal tem hoje os mesmos problemas urbanos identificados nos demais Estados Brasileiros. Santos (2009) explica alguns fatores que levaram ao incessante processo de ocupação da região.

O Centro-Oeste [...] apresenta-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infraestrutura de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Desse modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento. (SANTOS, 2009, p.68)

Sabe-se que a construção de Brasília deu início a um rápido processo de ocupação da região do Distrito Federal e dos municípios vizinhos. Motivados por uma política governamental que incentivou a migração de mão de obra um grande contingente de migrantes veio em busca de trabalho na Capital.

Essa expansão urbana também foi impulsionada pelo “Programa de Assentamento das Populações de Baixa Renda do Distrito Federal”. Peluso e Oliveira (2012, p. 54) relembram que “este programa foi a primeira ação governamental na área de habitação que resultou em novos arranjos territoriais. Se estendeu de 1989 até 1994 e distribuiu, doou ou vendeu cerca de 120 mil lotes para a população carente.”

Percebe-se então um ciclo vicioso. Em suma, temos do início da construção de Brasília até os dias atuais, que a produção do espaço tem se realizado com intensa segregação e periferização da população pobre, contrapondo-se ao mito da cidade igualitária. Prevalecendo a reprodução periférica e segregada em relação à centralidade urbana. Isso ocorre dada a negação do direito à cidade à população carente, observada desde a época da construção da cidade. (LEITE, 2009, p.76)

Assim, o modelo de urbanização adotado em Brasília, não alcançou os resultados socioespaciais esperados. Ao sair de sua condição de projeto e passar a situação de cidade desenvolveu em seu interior as contradições de qualquer metrópole mundial. Em Brasília percebe-se, por um lado, a acumulação de riqueza, por outro, o que predominou foi a socialização da miséria. No Distrito Federal, a realidade, embora com características singulares, a realidade urbana não é muito diferente do contexto nacional.

Atualmente, o Distrito Federal possui os mesmos problemas das grandes metrópoles brasileiras e Brasília apresenta uma forma muito diferente daquela planejada por Lucio Costa. A realidade do Distrito Federal aponta para a existência das mesmas mazelas presentes nas demais cidades brasileiras e de outros países subdesenvolvidos. E os problemas aqui se materializaram de forma mais visível, tendo em vista o polinucleamento de Brasília, no qual existe uma separação entre o centro, o Plano Piloto, e as cidades satélites.

Como descreu Ferreira (1985, p.44) apud Paviani (2010, p.105):

Brasília tem um caráter especial por ser uma cidade criada, por decisão governamental, para ser a capital do País e assim predestinada a se tornar uma grande cidade ou mesmo uma metrópole [...] sua especificidade reside no fato de ter sido implantada a partir de um traçado predeterminado [...] no entanto, isso não a torna totalmente diferente das demais cidades brasileiras, nem dissociada do processo de urbanização do País.

O espaço do Distrito Federal é um só, mas a maneira que a classe pobre e as classes alta e média tem de perceber o espaço é ambígua e vivem realidades distintas. A classe baixa está visivelmente afastada, a margem da região central. Ou seja, Brasília reproduz as mesmas disparidades encontradas no restante do país, distinguidas tradicionalmente em partes de ricos e partes de pobres. O contraste entre as Regiões Administrativas e o Plano Piloto é muito grande.

Passados 46 anos, o resultado é que, ao lado de um Plano Piloto emblemático, pelo seu significado simbólico e pelas funções de cidade-capital, vem ocorrendo a expansão do espaço urbano do Distrito Federal de maneira semicontrolada, nele repetindo-se as tradicionais formas de expansão de áreas urbanas periféricas do país. Em outras palavras, instaura-se um processo de centralidade de Brasília em face dos demais núcleos urbanos do Distrito Federal e do seu entorno, situação causada por vários motivos. (NUNES; MAURO, 2008, p.376)

Diferente de o que muita gente pensa Brasília possui sérios problemas sociais, principalmente se forem levadas em conta as desigualdades sociais. Ao andar pelas ruas do Distrito Federal é possível observar as diferenças sociais existentes entre o Plano Piloto e as cidades satélites. Hoje, Brasília apresenta a maior renda per capita do Brasil - mais que o dobro da média nacional, segundo informações do Ipea, no entanto, essa qualidade de vida se manifesta no Plano Piloto, enquanto que nas cidades-satélites as condições são diferentes.

As Regiões Administrativas situadas no entorno do Lago Paranoá concentram a população com maior poder aquisitivo do Distrito Federal, tendo, como consequência, o mais alto padrão de vida, os mais altos índices de escolaridade, de saúde e de infra-estrutura urbana, caracterizando a expressão máxima do processo de segregação socioespacial existente no DF. (MUNIZ;NETTO, 2001, p. 154)

Os residentes em Brasília podem usufruir de sistemas educacionais e de saúde com qualidade, porém a periferia depende única e exclusivamente dos equipamentos urbanos mantidos pelo Governo do Distrito Federal. Essas diferenças podem ser constatadas comparando principalmente o local de moradia e a renda per capita, como também indicadores de educação e cultura que de certa forma, evidenciam o modo de vida da população de cada região (Figura 3.1). Os dados referentes a tais comparações são constantemente analisados pela CODEPLAN (ver Tabelas 3.1; 3.2 e 3.3).

No entanto, esse caos pode ser revertido. O geógrafo Aldo Paviani propõe a fórmula que possa levar à distribuição da qualidade de vida em toda área metropolitana de Brasília. Ele prega a descentralização das novas estruturas urbanas, criando postos de trabalho. Com essa descentralização virá a valorização dos espaços que serviram para abrigar antigos favelados, inquilinos de fundo de lotes e todos os que migraram sem condições de evoluir socialmente. A capital de todos os brasileiros pode retomar a sua missão, que é a de contribuir para a construção dos fundamentos de uma nova civilização com justiça social. (ROITMAN, 2011, p. 01)

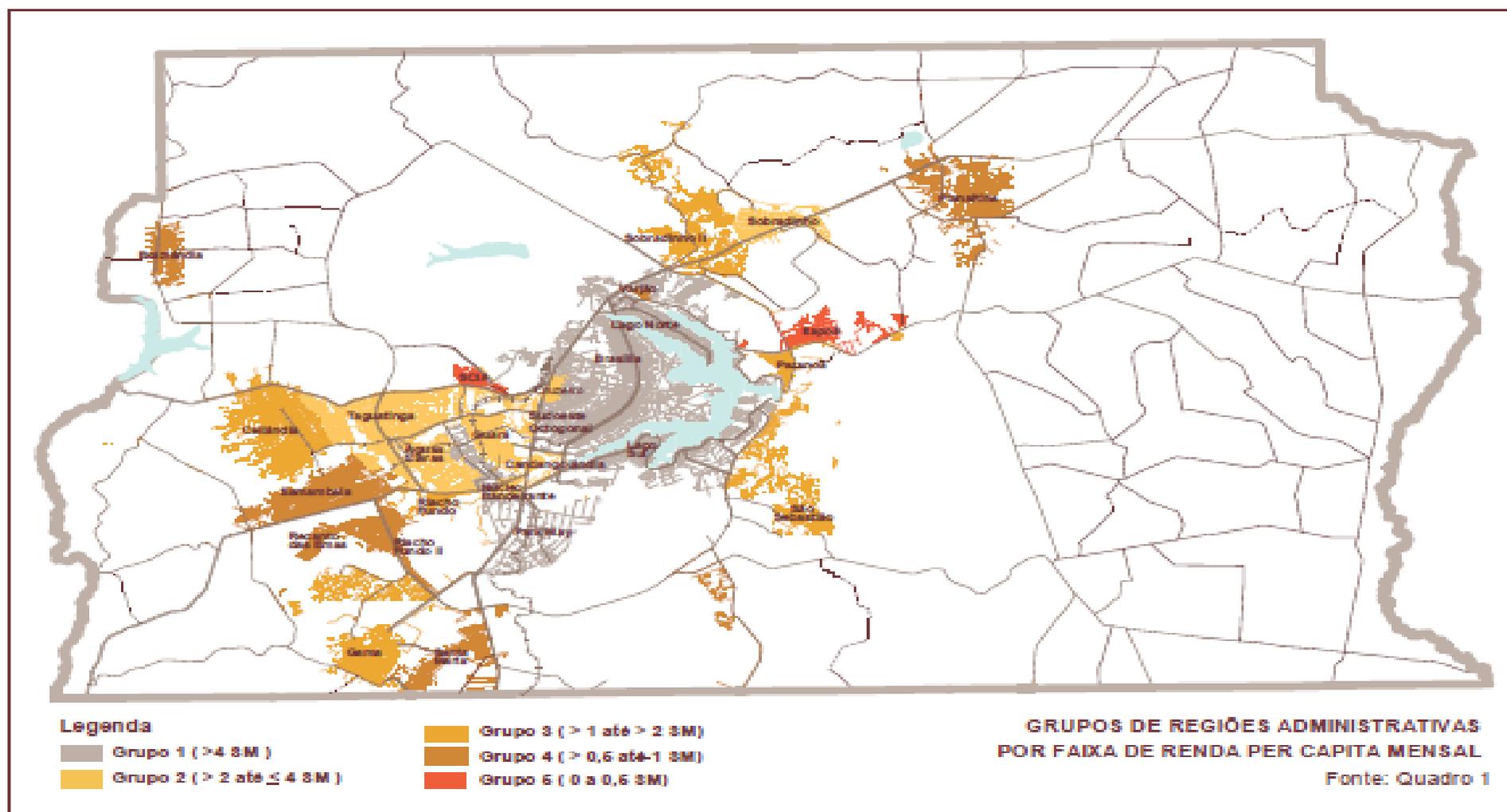


Figura 2.1: Mapa demonstrativo de renda per capita por Regiões Administrativas – 2004. **Fonte:** SEPLAN/CODEPLAN.

Tabela 2.1: Agrupamento das RA's por grupo e renda

Grupos	Regiões Administrativas	Renda per capita
Grupo 1 > 4 SM	RA XVI - Lago Sul	10,8
	RA XXII - Sudoeste/Octogonal	8,6
	RA XVIII - Lago Norte	7,8
	RA I - Brasília	6,8
	RA XXIV - Park Way	4,9
Grupo 2 >2 até ≤ 4 SM	RA X - Guarã	3,3
	RA XX - Águas Claras	3,1
	RA XI - Cruzeiro	3,1
	RA III - Taguatinga	2,5
	RA VIII - Núcleo Bandeirante	2,4
	RA V - Sobradinho	2,4
	RA XIX - Candangolândia	2,2
Grupo 3 >1 até ≤ 2SM	RA XXVI - Sobradinho II	1,7
	RA II - Gama	1,6
	RA XVII - Riacho Fundo	1,5
	RA XIV - São Sebastião	1,4
	RA IX - Ceilândia	1,2
	RA VII - Paranoá	1,2
Grupo 4 > 0,5 até 1 SM	RA XII - Samambala	1,0
	RA XIII - Santa Maria	0,9
	RA XV - Recanto das Emas	0,9
	RA XXI - Riacho Fundo II	0,9
	RA XXIII - Varjão	0,8
	RA IV - Brazlândia	0,8
	RA VI - Planaltina	0,8
Grupo 5 0 a 0,5 SM	RA XXV - Estrutural (SCIA)	0,4
	RA XVIII - Itapoã	0,4

Fonte: IPDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SEPLAN / CODEPLAN - 2004

Após a construção da cidade diversas pesquisas sobre o crescimento urbano desordenado do Planalto Central já foram realizadas, a maioria confirma a falta de planejamento e o descaso da Administração Pública do Distrito Federal. Peluso (2003, p.32) ao analisar os impactos gerados nas regiões preexistentes à construção de Brasília concluiu que:

O passado atravessa todas as classes e as representações sociais herdadas não se desfazem com mitos, ao contrário, são reforçadas por eles. Tentar seguir em frente sem compreender as relações sociais subjacentes à construção do espaço é fazer com que elas atuem sem controle na clandestinidade até se imporem sobre o território e ditarem a direção dos novos tempos. (PELUSO, 2003, p. 32)

Diante dos fatos que ocorreram desde as idéias de implantação da Capital fica visível que mesmo após o fim do período colonial algumas práticas continuam vivas até hoje na sociedade brasileira. Para Guimarães, 2005, p. 16) “as disparidades, que resultam de mecanismos formais e informais de concentração e de conservação de poder em todas as suas dimensões, são reconhecidas pela minoria que delas se beneficia e pela imensa maioria que delas é vítima”. O autor coloca que o Estado ainda é visto como autoritário e explorador e também que a população que se beneficia defende os mecanismos que geram as disparidades, para eles, “[...] implicitamente, as estruturas sociais, políticas e econômicas são consideradas justas e até naturais[...].

Este autor explica ainda que “as disparidades e vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas e culturais são reconhecidas por todos nós [...] todos as deploram e reconhecem a urgência em superá-las[...]”. No entanto [...] a maioria da população, vítima das disparidades e dos mecanismos de concentração de poder que as agravam, não tem sido capaz de se mobilizar para promover a reversão desses mecanismos e redução das disparidades[...]. (GUIMARÃES, 2005, p. 16;17).

Diante do exposto, fica explícito que enquanto a questão urbana for comandada por agentes políticos e detentores do poder, a incessante expansão de áreas periféricas tem se tornado incontrolável, de um lado a sociedade criando problemas e de outro a gestão combatendo-os através de ações provisórias, paliativas e assistencialistas, que para Paviani (2010, p. 15) “[...] são constantemente confundidas com planejamento urbano [...]”.

CAPÍTULO III – 3. OS DESDOBRAMENTOS DA IMPLANTAÇÃO DE BRASÍLIA NO NÚCLEO URBANO VERNACULAR DE PLANALTINA/DISTRITO FEDERAL

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DESCRIÇÃO PRÉVIA DO PROBLEMA

Planaltina está situada a quarenta e cinco quilômetros do Plano Piloto, ao Nordeste do Distrito Federal. A área da Região Administrativa de Planaltina, RA VI, corresponde a 1.537,16 Km², dos quais 28,96 Km² compõem a área urbana, e 1.508,20 Km², a área rural (Figura 3.1). A data oficial da fundação de Planaltina é 19 de agosto de 1859, mas há relatos de alguns historiadores, como Paulo Bertran e Mário Cesar de Sousa Castro, que a cidade possuía mais de 200 anos. Segundo Castro (2008, p. 25), “o início de ocupação da região se dá com as primeiras sesmarias, em 1.741. O povoamento da região, entretanto, se dá no início da década de 1.770.”

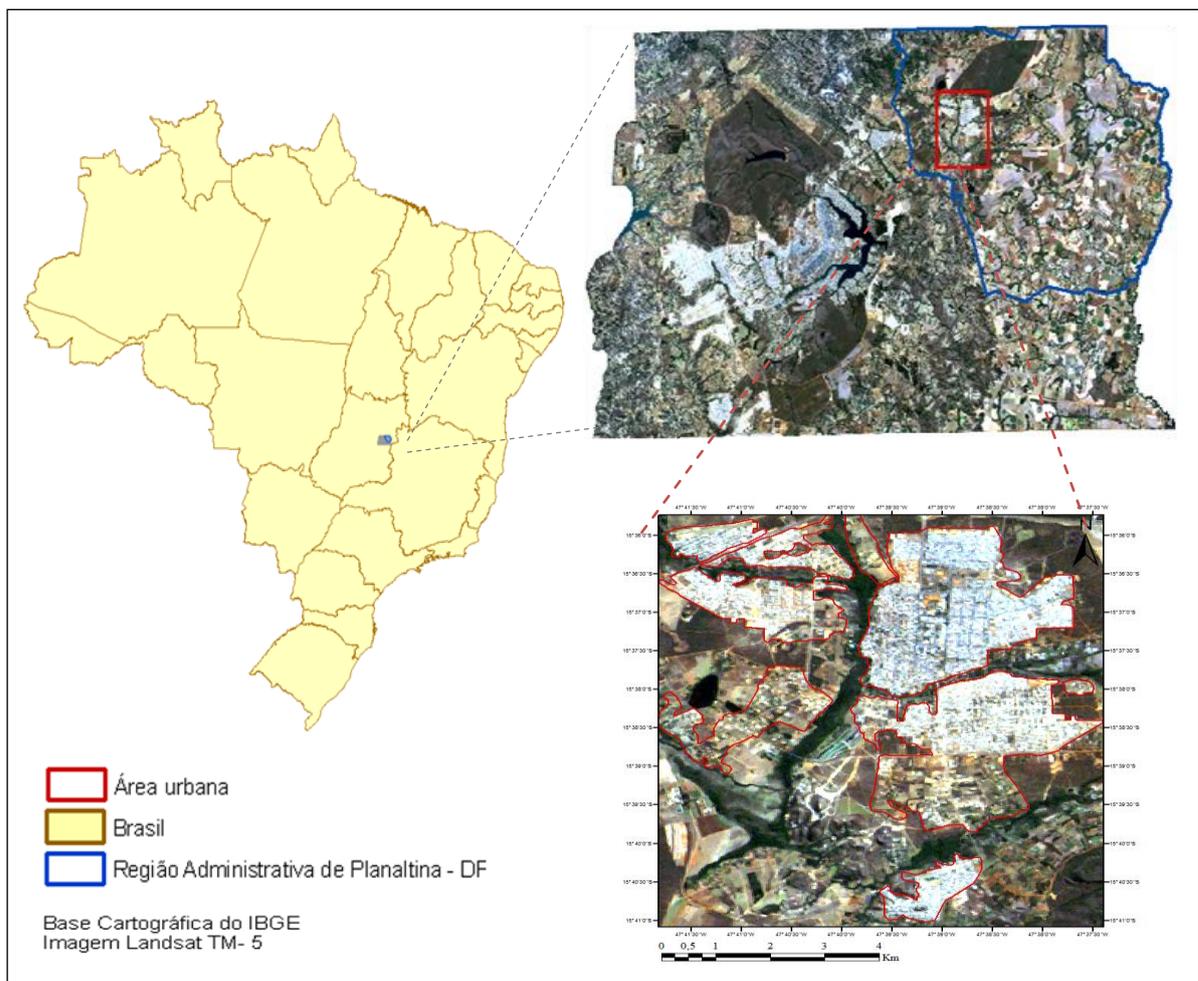


Figura 3.1: Mapa de localização de Planaltina/DF (RA-VI). **Elaborado por:** PINHEIRO, L.C.S.J., 2014.

Planaltina/DF RA-VI, possui grande beleza natural, é um importante berço cultural e se destaca também pela sua produção agrícola. Castro (2008, p.25) destaca que “[...] a Cidade geralmente é citada por suas inclinações turísticas, beleza de sua paisagem natural, riqueza de seu folclore, suas construções antigas, seu teatro, suas festas tradicionais, etc[...]”.

Do ponto de vista de atributos naturais e históricos, Planaltina é uma cidade singular: seja por abrigar nascentes de três grandes bacias hidrográficas de dimensões continentais e por conter na Estação Ecológica de Águas Emendadas o extraordinário fenômeno reconhecido internacionalmente que dá nome à Estação; seja pelo fato de relacionar-se indelevelmente com as origens da Capital da República como nenhuma outra cidade do País. (CASTRO, 2008, p. 29).

O foco aqui será sua vinculação ao processo de construção de Brasília, sua história no contexto da produção do espaço urbano no Distrito Federal. Pois a região é um dos núcleos urbanos que demarcaram⁶ (Figura 3.2) o início da ocupação do atual território do Distrito Federal nos Séculos XVIII e XIX. Possuindo assim forte conteúdo histórico cultural do início da ocupação do Planalto Central, o que a distingue das outras regiões administrativas do Distrito Federal.

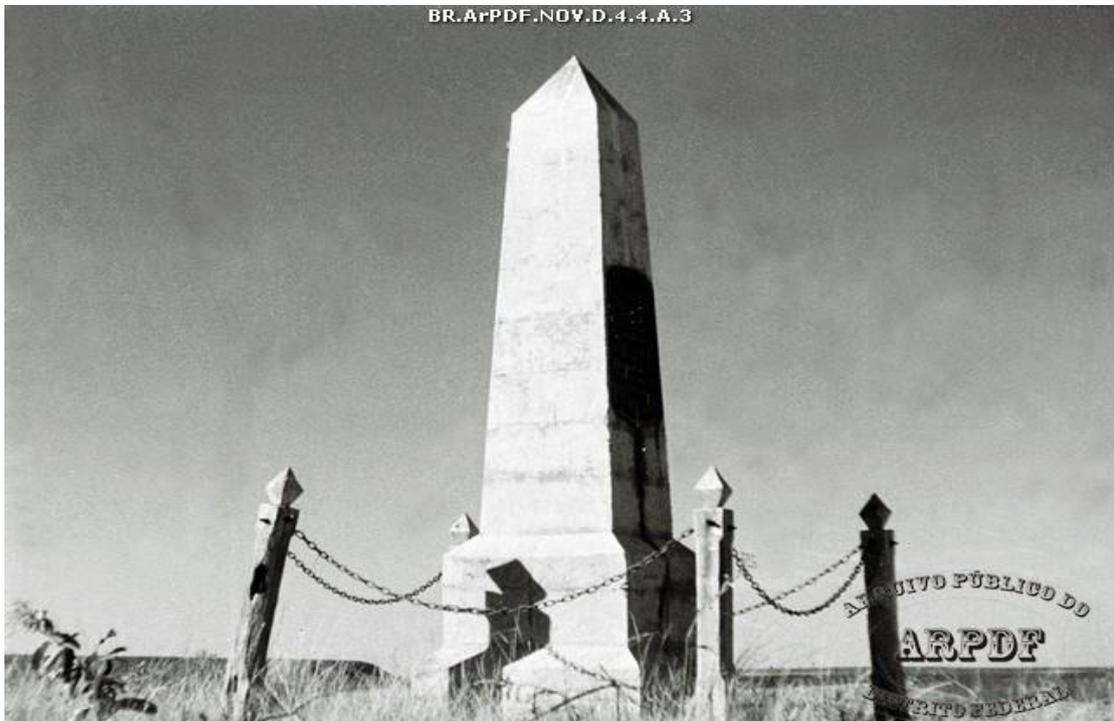


Figura 3.2: Pedra Fundamental. **Fonte:** Arquivo Público do Distrito Federal.

⁶ No dia 7 de setembro de 1922, com uma caravana composta de 40 pessoas é assentada a Pedra Fundamental no Morro do Centenário, na Serra da Independência, situada a 9 Km da cidade de Planaltina.

Castro (2008, p.29) descreve os caminhos percorridos pelas comissões técnicas até a escolha do local que hoje se encontra Brasília e afirma que “todas as iniciativas relacionadas aos estudos técnicos para demarcação da área onde se instalaria a futura capital do País passaram por Planaltina”.

No período de 1.946 a 1.955, as histórias de Planaltina e Brasília se aproximam. Na primeira, o desejo de se inserir nos programas de progresso, fortuna, conforto e desenvolvimento. Na outra, as expectativas de mudanças e de se promover um novo tempo na vida nacional. (CASTRO, 2008, p. 29)

Esta região, foi por muitos anos, um ponto de apoio ao meio rural goiano. “[...] Em 1.957, quando iniciam-se as obras da nova Capital, Planaltina se tornou um núcleo urbano de apoio aos grandes contingentes de trabalhadores vindos de todo o País, atraídos pelo projeto mudancista[...].” (NUNES;MAURO, 2008, p. 375).

Com a consolidação de Brasília, Planaltina passou a pertencer ao Distrito Federal e foi transformada em Cidade-Satélite. Neste momento, “[...]Planaltina, que antes reinava absoluta no Planalto Central, passa a ocupar um lugar secundário na nova dinâmica urbana regional[...].”(NUNES;NUNES, 2008, p. 375).

A mais antiga cidade do Distrito Federal, fundada em 1859, foi integrada ao DF em 1960, sendo que a partir daí um considerável contingente populacional foi sendo incorporado a localidade, oriundo das retiradas de invasões. Até a sua incorporação ao Distrito Federal, em 1960, Planaltina “mantinha características de um povoado do interior. A partir de então um considerável contingente populacional foi incorporado à localidade, oriundo das retiradas de invasões realizadas até 1971. Esta se deu, inicialmente, pela criação de um loteamento “na área adjunta ao núcleo urbano tradicional”, em que mais de 2000 lotes “acompanharam o traçado viário existente, a leste, e estenderam o seu limite oeste até o córrego Mestre d’Armas”. (CODEPLAN, 2007, p. 06)

Destarte, foram criados na região novos setores que surgiram em função da nova capital federal. Estes foram incorporados ao núcleo urbano original “tradicional”, proporcionando uma significativa expansão urbana horizontal. A criação dos inúmeros setores residenciais multiplicou a população de Planaltina, que se espalhou em torno de seu núcleo original. A ele foram anexadas grandes áreas para moradia dos trabalhadores que antes se abrigavam nos canteiros de obras do Plano Piloto, expandindo consideravelmente sua mancha urbana (Figuras 3.3 e 3.4).



Figura 3.3: Vista aérea de Planaltina em 12/11/1970. **Fonte:** Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 3.4: Vista aérea de Planaltina em 15/08/1971. **Fonte:** Arquivo Público do Distrito Federal

Nesse contexto, a RA VI constitui um exemplo explícito de como os processos de construção e consolidação de Brasília transformaram os núcleos urbanos preexistentes na região. Neste cenário marcado por mudanças, iniciou-se um processo que Magalhães (2010, p.31) identificou como “o desmanche da sociedade tradicional em prol de uma pretensiosa experiência com o moderno e que reproduz indivíduos deslocados de seu mundo”. O que gerou muitas expectativas e também alguns conflitos sociais, econômicos e culturais na região.

3.2. PRIMEIROS IMPACTOS SOBRE A REGIÃO E SUA POPULAÇÃO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E AMEAÇAS A IDENTIDADE HISTÓRICA E CULTURAL

No início do processo de mudança da capital, mesmo com certa desconfiança e apesar das atitudes radicais em relação à sociedade tradicional, de acordo com Magalhães (2010, p.15) “[...] a população que já ocupava a região chegou a alimentar o sentimento de estar contribuindo com a construção de um enclave moderno no interior arcaico do País[...]”. Porém, foram muitos os desafios e adversidades principalmente relacionados aos antigos valores. A aproximação dos antigos moradores com os adventícios sempre foi cercada de tensões e conflitos. Magalhães (2010, p. 15) explica que “[...] a região cindia-se entre interesses de planaltinos, de burocratas dirigentes e de candangos. Cada qual com seus respectivos discursos e formulações[...]”.

No ambiente planaltino, as transformações geravam discontinuidades tanto na política quanto na economia e na cultura. Do lado das interpretações sertanejas, os discursos emitidos produziram diferentes estratégias de legitimação, pois os projetos de mudança da sociedade local há muito nutriam expectativas de desenvolvimento a partir da mudança da capital para sua região. Por isso, as disputas entre diferentes representações da nova sociedade foram inevitáveis. A hegemonia do interesse imediato passa a submeter até à ideologia. Aspecto que, a um só tempo, unia e dividia os grupos sociais, pois a possibilidade de enriquecimento econômico real, mais do que qualquer pensamento edificante, animava aquelas consciências deslocadas. (MAGALHÃES, 2010, p.16)

Magalhães afirma também que existia um clima otimista por parte dos desenvolvimentistas, porém, a negação da cultura local por parte destes, dificultava qualquer sentimento de afeição e provocou muitas situações incômodas, principalmente quando os “[...] elos que ligavam as comunidades sertanejas ao passado começavam a ser arrebatados pelo projeto modernizador, que era individualizante e futurista.[...]”⁷ (MAGALHÃES, 2010, p. 24)

Ou seja, de início os acontecimentos gerados pela construção da capital vinham ao encontro dos antigos desejos de desenvolvimento da população local, contudo, no decorrer do processo as expectativas iniciais foram contrariadas e os antigos moradores perceberam que estavam perdendo espaço e seus interesses estavam sendo prejudicados. A negação do sertão ali existente potencializou os sentimentos negativos e a apreensão da população local em relação ao progresso.

⁷ Algumas festas populares tradicionalíssimas, como a Folia (de roça) do Divino Espírito Santo, foram suspensas por cerca de uma década e meia. Somente dezessete anos depois, a partir de 1972, algumas delas começam a ser reeditadas. (Magalhães, 2010. P.24)

Para Magalhães (2010, p.34) “a transformação da esperança em enredo trágico, contudo, só ocorre após a inauguração de Brasília”. Este autor destaca que até então, grande parte dos moradores davam sinais de aceitação do projeto de desenvolvimento nacional e do movimento mudancista, tanto que chegaram a apresentar planos e ações preparatórias para seu ingresso na nova sociedade.

Para os planaltinos, a realidade moderna imposta por Brasília, após a consolidação do novo status, traz uma vinculação diferente do que fora planejado como desenvolvimento regional. Portanto, o sentido externo e direto da apreensão das novidades é algo que veio contrariar as perspectivas de mudanças que animaram as gerações anteriores. (MAGALHÃES, 2010, p. 29)

Com a constatação de seu descarte (o triste personagem que fora imaginado desaparecendo ao entrar em contato com os valores modernos ou, como no caso dos candangos, com o seu retorno submisso aos rincões de origem), esses excluídos se viram alienados dos sentidos da obra que estava sendo erguida com seu trabalho ao lado de suas moradas. (MAGALHÃES, 2010, p.34)

A cidade, que antes era caracterizada apenas pelas inúmeras manifestações culturais que refletiam seu alto significado simbólico ganhou um novo paradigma gerado a partir da implantação da Capital Federal. As mudanças vieram definindo um novo padrão de sociedade. Magalhães ressaltou que (2010, p. 09) “as transformações, se olhadas sob o prisma da cultura poderiam ser classificadas como avassaladoras”.

Moura (2003, p.09) relata que “[...] a criação de novos segmentos na estrutura social de Planaltina gerou conflitos e discriminação por parte dos que ali já habitavam. Os novos habitantes foram denominados pelos “tradicionais” de “forasteiros” e sempre foram alvos de discriminação[...]”. De acordo com esta autora, para os “tradicionais” esses novos habitantes “forasteiros” não possuíam os mesmos valores e estavam por fora da cultura local.

Peluso, Abreu e Dias (2003, p. 225) destacaram que:

O processo ameaçou a identidade histórica e cultural da região. Pois em decorrência das novas relações territoriais, seguiu-se a vinda de migrantes pobres, muitos dos quais invasores retirados de áreas centrais do Plano Piloto e adjacências e realojados em Planaltina, em novos setores habitacionais denominados de vilas e jardins. Os recém-vindos formavam uma massa empobrecida alheia à história da cidade, que os moradores mais antigos percebiam, inclusive, como grupos sem história, ameaçando uma tradição forjada ao longo dos séculos.

Magalhães (2010, p. 35) ressalta ainda que “[...] apesar da insegurança no processo de ocupação e incerteza de permanência no local, muitos resistiram e acabaram ficando. Mesmo com muita desconfiança, amoldaram-se às novas exigências, sem deixar de lado suas tradições[...]”. A presença da capital federal causou impactos na região desde o início, o projeto que foi efetivamente implementado representava o desenvolvimento e a modernidade, mas entrava em confronto com a cultura local. Entretanto, este não foi o único fator que gerou descontentamento na população preexistente à Capital Federal.

A perda de sua autonomia política administrativa, a criação de áreas destinadas à moradia de população de baixa renda, a invasão de áreas públicas e privadas e a precariedade dos serviços urbanos foram também alguns dos desdobramentos do processo de produção do espaço urbano em Planaltina – Distrito Federal desencadeados no decorrer da construção de Brasília. Os constantes desmembramentos e vendas de partes dos lotes adquiridos, tornaram-se uma prática comum que contribuiu para um aumento da densidade populacional, dificultando previsões e execução dos tímidos “Projetos de Urbanização” que surgiram posteriormente.

Foi comum nesta região a transformação de áreas rurais em áreas urbanas, onde glebas rurais foram se transformando em urbanas para fins de criação de novos loteamentos nas periferias da área central, sem planejamento prévio. Em virtude da ação desenfreada dos agentes imobiliários e a ineficácia da atuação do Poder Público local no sentido de coibir esse processo. O crescimento urbano acelerado e inadequado afeta profundamente a qualidade de vida dos moradores. (MOURA, 2003, p. 06)

A referida insegurança e incertezas do processo de ocupação foram fruto, também, do desrespeito e ganância de proprietários de terra e atravessadores que, em busca do lucro fácil, não tiveram a preocupação em evitar o desconforto para os antigos e futuros moradores dos setores. Com a transferência da capital do país a modernidade bateu à porta de Planaltina, no decorrer das modificações impostas pela capital houve momentos de euforia, tensos e até conflituosos. Alguns esperavam pelo desenvolvimento, outros ficaram preocupados, ansiosos e se sentiram ameaçados pelas mudanças exorbitantes.

Ao analisar alguns depoimentos pode-se dizer que, de modo geral, Brasília foi recebida pelos que habitavam a região naquela época de forma polissêmica. Os resultados e os impactos provocados com a construção da capital dividiam a opinião dos antigos moradores, uma parte deles aprovou as mudanças, outros nem tanto, foram diversas as suas reações.

Destaca-se o depoimento de alguns moradores que permaneceram na região:

“[...] Planaltina aqui antigamente, era praticamente uma roça. Pouca gente, o sujeito conhecia todo mundo, transporte difícil demais. Mas acho que está até melhor, [...] o mercado pode dizer que está dentro de casa, hospital está na porta, tem ambulância, essas partes melhoraram muito mesmo. Está difícil é essa violência[...]”. (CALDAS, 1999, p. 07;17)

“[...] Eu achei que eles deviam ter cuidado de Planaltina com mais tempo, foi ela quem deu todo território de Brasília, foi toda nossa família e outros fazendeiros mais. De fato ela é mãe de Brasília, [...] Planaltina deu todo território[...]”. (GUIMARÃES, 1999, p. 14)

“[...]Planaltina era uma cidade tranqüila, não tinha nada, todo mundo vivia vamos dizer, aguardando a passagem do tempo. Era uma cidade muito tranqüila. Mas com a mudança da capital ela teve um avanço muito grande e chegou a tumultuar a vida de todo mundo porque foi uma coisa inesperada, ninguém esperava tanto assim, e os habitantes de Planaltina não concordavam, não achavam que teriam vantagens porque tumultuava a vida familiar. [...] Os proprietários a princípio não queriam que suas terras fossem desapropriadas, mais o doutor Altamiro incentivava dizendo que eles eram grandes beneméritos. E que poderiam comprar áreas maiores, mais baratas por fora e acabou conseguindo que os proprietários, quase todos cedessem suas terras, era barato na ocasião, mas acontece que aquelas pessoas seriam muito bem recebidas pelo presidente da Novacap, hoje eu acredito que nem são conhecidos e se chegarem lá não podem entrar[...]”. (ARANTES, 1999, p. 03;04;08)

“[...]Planaltina hoje é uma cidade bonita, gostosa, cheia de gente de fora, transformando isso aqui num caldeirão de diversas coisas, de pluralidade. Eu gosto, eu não tenho essa de ficar reclamando porque nós ficamos sem aquela tranqüilidade goiana de dormir com as portas abertas, eu acho que tudo isso movimentou, se não houvesse Brasília eu seria um caixeiro numa loja do meu pai e não passaria disso, ou então seria mais um é sertanejo lá no fundo da minha fazenda criando um gadinho e tirando leite e não passava disso. Eu acho que a cidade trouxe muita coisa boa, o desenvolvimento, a capital do Brasil para cá, a história de todo o país para essa gente, acho que trouxe movimento. Trouxe o dinamismo, acho que isso aqui era muito estático, todo o interior do Estado de Goiás mostra isso[...]”. (CASTRO, 1999, p.14;15)

“[...] foi uma mudança de tudo, menina está tendo tanta coisa aqui em Planaltina principalmente com esses assentamentos, assaltos, roubos, morte, que é difícil aqui em Planaltina um final de semana não ter uma morte, gangue demais nesses assentamentos, coisa que não tinha que a gente podia, eu podia sair daqui passear ali deixar essa porta aberta, roupa enxugando aqui hoje não, tem que ser tudo recolhido para dentro[...]”. (GUIMARÃES, 1999, p. 15)

“[...]Cheguei aqui em Planaltina em 59. Então nessa época a festa tinha decaído e muito nessa época, mas ainda tinham pessoas que faziam as festa assim, participavam e tudo, mas foi diminuindo. Brasília parece que não deu uma visão, ora, Brasília uma capital a mais moderna do mundo, vai querer valorizar festa do Divino, folia de reis, catira, isso é coisa antiga. Não havia aquela integração muito de Planaltina - Plano Piloto era meio distanciado o governo, não era aquele governo que hoje é muito mais fácil[...]”. (LIMA, 1998, p. 17)

3.3. O CENTRO HISTÓRICO: NOVAS CONFORMAÇÕES E A LUTA PELA MANUTENÇÃO DA HISTÓRIA

A transferência da capital para o Planalto Central trouxe o desenvolvimento à região, mas modificou grande parte da cidade antiga com ar interiorano. A paisagem bucólica de Planaltina se transformou com o passar do tempo, as casas de adobe foram aos poucos saindo de cena. Algumas edificações antigas ainda resistem à ação do tempo e dividem o espaço com as construções modernas e vultosas (Figura 3.5 e 3.6).



Figura 3.5: casarão (à esquerda), contraste com as casas contemporâneas, Setor Tradicional. **Fonte:** Arquivo da autora.



Figura 3.6: casarão (à esquerda), em contraste com as casas contemporâneas, no Setor Tradicional. **Fonte:** Arquivo da autora

O núcleo urbano da cidade fundada nos tempos do Império mantém parte de seu traçado e edificações originais, onde ainda residem famílias tradicionalmente enraizadas no local, mais especificamente no Setor Tradicional, que se constitui no mais antigo espaço, preexistente á construção de Brasília. Diante do cenário de inevitável expansão urbana, apenas neste Setor ainda existe um pouco da arquitetura colonial, representando uma linguagem tipológica e vernacular da região Centro-Oeste no século XVIII. Para Almeida (2014, p.46) “as casas de adobe sinalizam a importância de Planaltina para Brasília: rico patrimônio ainda sem o devido reconhecimento”. (Figuras 3.7; 3.8; 3.9; 3.10)



Figura 3.7: casarão, no Setor Tradicional – Planaltina/DF. **Fonte:** Arquivo da autora

São poucas as rugosidades,⁸ isto é, as formas pretéritas que estão inseridas em um novo contexto sócio-espacial, os quais nos mostram a materialização do passado como marca histórica, lugar de contemplação do que existiu. É importante ressaltar que elas estão carregadas de histórias e devem ser preservadas. (Figura 3.8)

Planaltina possui alguns exemplares da arquitetura vernacular do começo do século XIX, inseridos no Setor Tradicional, no denominado núcleo histórico, local onde se deu a instalação do núcleo urbano Mestre D’armas, precursor da cidade. Essas edificações, assim como o traçado urbano do Setor Tradicional, merecem ser preservados e poderiam propiciar o desenvolvimento turístico de Planaltina. O Setor Tradicional é identificado como o local de início da cidade. Possui um respaldo histórico e os principais monumentos da cidade: o Museu, a Igrejinha de São Sebastião e a Igreja Matriz. (MOURA, 2003, p. 06;24)

⁸ “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (SANTOS, 2006, p. 92).



Figura 3.8: Museu no Centro Histórico de Planaltina/DF, Setor Tradicional. **Fonte:** Arquivo da autora



Figura 3.9: A Igrejinha de São Sebastião no Centro Histórico de Planaltina/DF, Setor Tradicional. **Fonte:** Arquivo da autora



Figura 3.10: Igreja Matriz no Centro Histórico de Planaltina/DF, Setor Tradicional. **Fonte:** Arquivo da autora

Magalhães (2010, p. 35) relata que “[...] alguns sertanejos, imbuídos do desejo de moderno, diferenciaram-se da parcela que permanecia agarrada aos valores da cultura original [...]”. O autor ressalta também que [...] a memória da tradição continuava vicejando, ainda existia um tipo de vida com vestígios de uma cultura popular de festas e de uma profunda religiosidade [...]. Assim, parte da população de Planaltina/DF continua seguindo os antigos costumes e as Igrejas são os principais pontos de encontro onde comemoram datas religiosas com suas tradicionais festas, como a Festa do Divino. (Figura 3.11)



Figura 3.11: Festa do Divino em Planaltina/DF. **Fonte:** Portal Planaltina www.planaltinadf.com.br

Almeida (2014, p.48) ao realizar uma pesquisa na região verificou que “apesar de todo o tesouro erguido em Planaltina, não há programa de guia na região. A Secretaria de Cultura do DF justifica que isso é de responsabilidade dos donos do patrimônio.” Os antigos moradores lutam constantemente pela preservação do patrimônio histórico da cidade que “[...] quase perderam a identidade cultural, mas com o passar do tempo retomaram as tradições e fizeram questão da criação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, em 24 de abril de 1974, situado na casa mais antiga da cidade [...]” (NUNES;MAURO, 2008, p. 376).

Em 1965, o arquiteto Paulo Magalhães, que foi também administrador regional, elabora para Planaltina um plano diretor que prevê o desenvolvimento urbano da cidade, com o objetivo de garantir uma ordenação estrutural capaz de comportar as diversas mudanças que a cidade sofreu com a transferência da capital. (NUNES;MAURO, 2008, p. 376)

Foram várias as tentativas de resgate da qualidade de vida da cidade tradicional, mas ao longo dos anos houve um processo gradual de dissolução do tecido urbano tradicional. O resultado foi que nem o plano diretor somado aos encontros realizados⁹ foram suficientes para evitar o contínuo aumento da mancha urbana e os problemas oriundos desta. Almeida (2014, p.47) confirma que:

Tantos anos depois, a cidade, que completa 155 anos em 2014 e ainda tem ares interioranos, resiste ao tempo e ao descaso dos governantes para se manter de pé. A cidade grande possui sérios problemas de invasões e de violência, os antigos casarões e monumentos resistem devido ao esforço de alguns moradores para preservar a cidade que guarda a história de Brasília, ainda desconhecida por muitos moradores da capital.

Apesar de a cidade ainda possuir algumas rugosidades, resquícios de seu passado vernacular, seu tecido urbano sofreu grandes alterações com a incorporação de novos projetos urbanísticos com preceitos modernos. Planaltina/DF possui marcas pretéritas e estas são constantemente ameaçadas pela pressão urbana desencadeada com a construção de Brasília. Para Nunes e Mauro,

O abrupto aumento de população em uma área, particularmente da população urbana, produz, além de fortes impactos ambientais, também impactos socioculturais. Em outras palavras, os sentidos do social preexistente a Brasília foram colocados em face de novas ordens e novos sentidos. [...] Planaltina é um exemplo do impacto que a nova capital provocou na sociedade e na cultura do Centro-Oeste brasileiro. Nesse sentido, podemos considerar que Brasília produziu um fenômeno típico de desterritorialização da cultura do Centro-Oeste, e Planaltina se apresenta, frente à modernidade brasiliense, como símbolo de uma sociedade tradicional. [...] pela sua história, a cidade é, entre as regiões administrativas do Distrito Federal, aquela que guarda memórias de uma cultura tradicional mais significativas[...].” (NUNES;MAURO, 2008, p. 375;376).

⁹ Em 11/08/1979 foi realizado o 1º Encontro do Patrimônio Cultural de Planaltina. (GARCIA, 1980, p. 236;242)

3.4. ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

Planaltina/DF, não é mais apenas uma cidade dormitório, possui suas riquezas, como as geradas pelos comércios instalados e da exploração da sua rica agricultura e pecuária. Sua estrutura inicial era essencialmente agrícola, mas, atualmente a atividade que absorve grande percentual da mão-de-obra é o comércio da cidade. A agricultura da região abastece grande parte do Distrito Federal e ainda exporta para vários outros Estados, o comércio prevalece na área urbana (ver Tabela 3.1).

Tabela 3.1: Atividade Principal Remunerada, segundo os Setores - Planaltina – 2004.

Setor de Atividade	População	Percentual
Agropecuária	1.046	2,3
Construção Civil	4.263	9,3
Indústria	418	0,9
Comércio	14.803	32,2
Administração Pública Federal	3.269	7,1
Administração Pública GDF	4.132	9,0
Transporte	1.909	4,2
Comunicação	523	1,1
Educação	1.883	4,1
Saúde	889	1,9
Serviços Domésticos	6.224	13,6
Serviços em Geral	3.348	7,3
Outras Atividades	3.217	7,0
Subtotal	45.925	100,0
Desempregado	17.601	
Sem Ocupação Remunerada	48.828	
Total Geral	112.354	

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

A área rural de Planaltina era um conjunto de grandes fazendas, que com a criação de Brasília foram desapropriadas para se tornarem núcleos rurais. O objetivo dessas propriedades era serem produtoras de alimentos para a população que habitaria a nova capital. Com apoio da EMATER DF, esses produtores se especializaram e se tornaram grandes produtores de alimentos. Tendo em vista a grande quantidade de núcleos rurais que compõem o perímetro de Planaltina, percebe-se a presença de uma diversidade grande de potenciais. Existem áreas que tornaram-se destaque na produção e de grãos, e outras na produção de olerícolas. De modo geral, o potencial agrícola de Planaltina é bastante promissor. (CALIMAN, 2013, p. 04)

Porém, na atual configuração urbana do Distrito Federal Planaltina apresenta-se como uma cidade segregada. Assim como outras cidades satélites do Distrito Federal, sofreu grandes alterações em função da expansão demográfica desde sua criação original.

Estatísticas do IBGE confirmam que entre 1960 a 2000, o tamanho da população da cidade aumentou 50 vezes, sendo que na década de 60, o número de pessoas que moravam em áreas rurais era maior que aquelas que moravam na área urbana. Nas décadas de 80 e 90 esta situação se inverteu, passando a maioria da população a morar na cidade de Planaltina. (CARVALHO, 2005, p. 73)

Desde a construção de Brasília a região vem apresentando um crescimento bastante acentuado da população (Figura 3.12) e conseqüentemente de sua mancha urbana, o que pode ser facilmente observado por meio das imagens de satélite *Land Remote Sensing Satellite* (LANDSAT) 5, sensor *Thematic Mapper* (TM), órbita/ponto 221/71, dos anos de 1986, 1991, 1996, 2001, 2006 e 2011 (ver Figura 3.13).

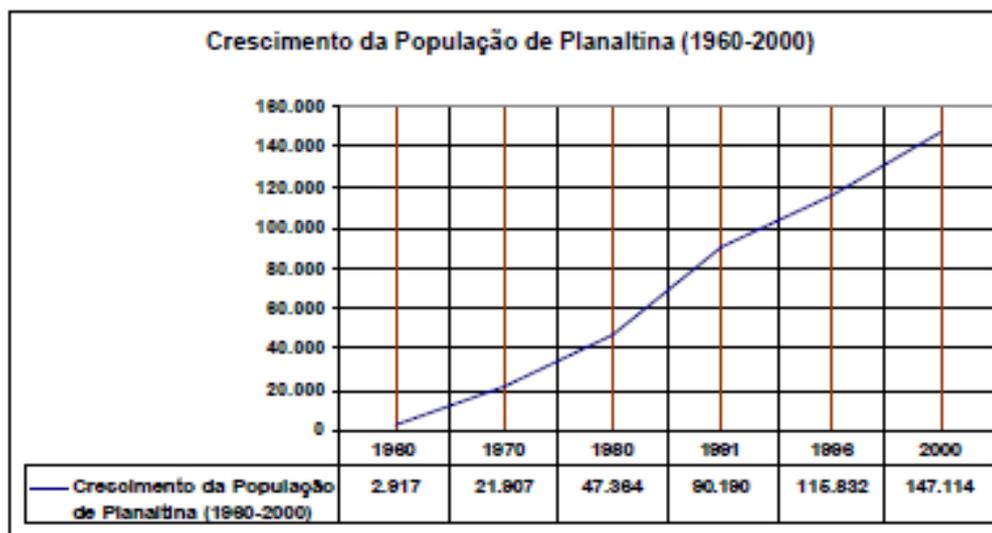


Figura 3.12: Crescimento da população de Planaltina entre 1960-2000. **Fonte:** IBGE/CODEPLAN apud Carvalho, (2005, p. 73)

O crescimento da população de Planaltina multiplicou o número de setores residenciais que se espalharam em torno de seu núcleo original. Na época da construção de Brasília pode-se dizer que o núcleo urbano de Planaltina era apenas as redondezas do centro histórico, logo depois novos setores foram incorporados ao núcleo urbano original “tradicional” e deram início a uma expansão urbana sem precedentes na região.

Ao analisar a constituição destes setores desde o início fica confirmando o descaso e a conivência do governo com o processo de ocupação irregular que chegou a classificar os parcelamentos irregulares como “Condomínios de Baixa Renda”, os quais, para grande parte da comunidade era a única alternativa de acesso a um espaço para viver. E assim, a mancha urbana na região de Planaltina/DF continua crescendo vertiginosamente, como pode-se perceber analisando sua evolução ao longo dos anos através das imagens obtidas pelo *Land Remote Sensing Satellite* (LANDSAT) 5, sensor *Thematic Mapper* (TM), órbita/ponto 221/71, dos anos de 1986, 1991, 1996, 2001, 2006 e 2011 (ver Figura 3.13).

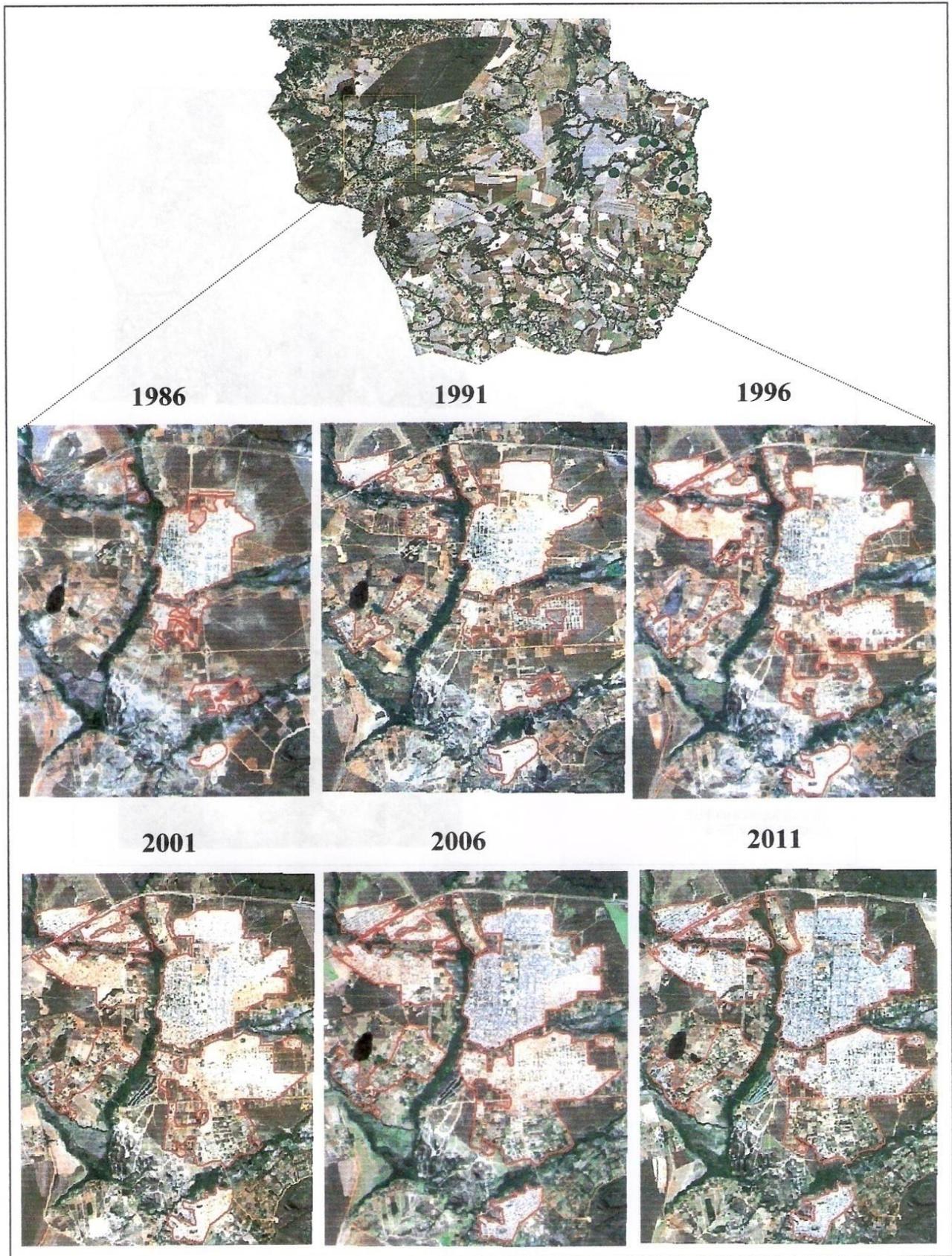


Figura: 3.13: Recorte da série temporal das imagens LANDSAT/TM, para os anos de 1986, 1991, 1996, 2001, 2006 e 2011, utilizadas para a demonstração do crescimento urbano na RA-VI- Planaltina. **Elaborado por:** PINHEIRO, L.C.S.J., 2014.

Ao observar as imagens de satélite é possível visualizar o aumento da mancha urbana no decorrer dos anos. Observa-se também que não existiu um padrão para a criação de novos bairros, os mesmos foram crescendo de forma irregular, formando o que Moura (2003, p.42) chamou de colcha de retalhos. Este autor coloca ainda que “[...] os novos setores residenciais foram incorporados sem que fosse dada continuidade ao seu tecido urbano, e este se espalhou de forma desigual[...]”. Quem se dirige do centro para as imediações da cidade logo percebe as diferenças entre um setor e outro. As imagens registradas durante a pesquisa de campo também evidenciam suas características. No Setor Tradicional (Figura 3.14), por exemplo, as ruas são largas e arborizadas, predominando as construções horizontais. Já no Jardim Roriz (Figura 3.15), as construções foram erguidas verticalmente e os carros, bicicletas e pedestres disputam lugar nas ruas estreitas.



Figura 3.14: Rua do Setor Tradicional em Planaltina/DF. **Fonte:** Arquivo da autora.



Figura 3.15: Rua do Jardim Roriz em Planaltina/DF. **Fonte:** Arquivo da autora.

Em outros setores, como a Vila Nossa Senhora de Fátima (Figura 3.16) existe um razoável urbanismo e uma mescla de casas boas com outras inacabadas. Tendo em vista que as outras RA's são mais uniformes, essas diferenças estruturais entre os setores fazem parte das características de Planaltina/DF.



Figura 3.16: Rua da Vila Nossa Senhora de Fátima em Planaltina/DF. **Fonte:** Arquivo da autora.

A deficiência de planejamento urbano fica expressa quando se observa os loteamentos que surgiram em volta do setor tradicional. A cidade encontra-se em um contínuo processo de expansão urbana nas áreas periféricas, relativamente distantes do núcleo urbano central, como este novo condomínio (Figura 3.17) já em processo de ocupação no setor de chácaras da cidade. Cabe ressaltar que as marcas pretéritas da cidade estão ameaçadas pela constante pressão urbana desencadeada com a construção de Brasília.



Figura 3.17: Entrada da ocupação irregular no Setor de Chácaras – Planaltina/DF. **Fonte:** arquivo da autora.

Para minimizar a precariedade dos setores que cresceram desordenadamente estão sendo criados os pontos de encontro comunitários (Figura 3.18), uma opção de lazer para crianças, jovens e adultos. Essa ação já é realizada em outros Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, através do projeto denominado de “revitalização de favelas”. Trata-se de uma ação paliativa e não deve ser confundida com planejamento urbano, além disso, nem todos os setores são contemplados e parte da população continua convivendo com a falta de recursos básicos. (Figura 3.19)



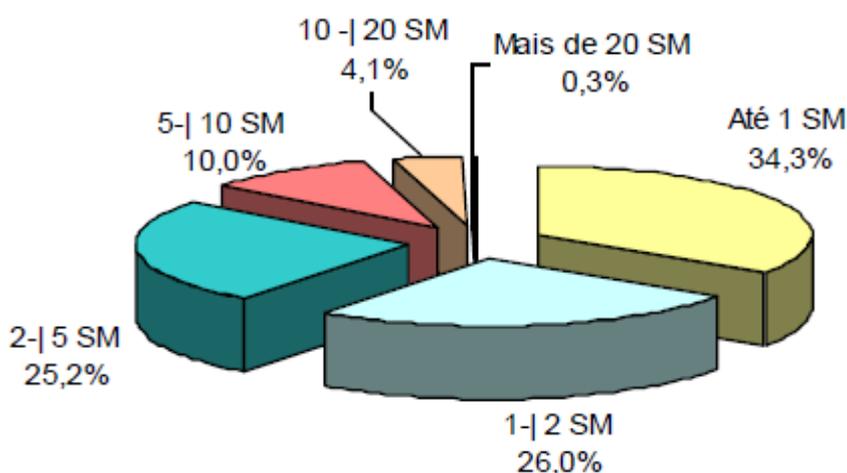
Figura 3.18: Ponto de encontro comunitário Vila Nossa s.ª de Fátima Planaltina/DF. **Fonte:** arquivo da autora.



Figura 3.19: Entulho no Setor Mestre D'Armas – Planaltina/DF. **Fonte:** Arquivo da autora

Pesquisas da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) comprovam a situação dos menos favorecidos e a consequência da baixa renda é o alastramento de loteamentos irregulares. As Tabelas 3.2 3.3 apresentam o percentual da renda bruta mensal dos moradores da RA - IV- Planaltina. É possível observar que 34,3% da população recebem apenas um salário mínimo por mês, o que dificulta a aquisição de moradia própria e regularizada.

Tabela 3.2: Distribuição da renda bruta mensal – Planaltina/DF - 2004.



Classes de Renda	Percentual
Até 1 SM	34,3
1- 2 SM	26,0
2- 5 SM	25,2
5- 10 SM	10,0
10 - 20 SM	4,1
Mais de 20 SM	0,3
Total	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

Tabela 3.3: Demonstrativo da distribuição da renda bruta mensal – Planaltina/DF - 2004.

Já a Tabela 3.4 apresenta o tipo de ocupação residencial, o qual é possível observar que o índice de domicílios localizados em áreas não legalizadas é bem expressivo, com uma porcentagem de 44,7%. Enquanto os domicílios próprios quitados apresentam um índice de 29,3% e os alugados apresentam um percentual de 15,2%.

Tabela 3.4: Domicílios urbanos por tipo de ocupação residencial – Planaltina/DF - 2004.

Condição	Domicílios	Percentual
Próprio Quitado	10.102	29,3
Próprio em Aquisição	376	1,1
Próprio Terreno não Legalizado	15.421	44,7
Próprio em Assentamento	242	0,7
Próprio em Área Arrendada	-	-
Alugado	5.239	15,2
Cedido	3.090	9,0
Funcional	-	-
Outros	27	0,1
Total	34.496	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

Verifica-se então que a ocupação do solo urbano na região também está baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra. Como parte da população não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços para habitação, passaram a ocupar lugares inadequados. Esse fenômeno gera vários transtornos, principalmente para os habitantes, que, por morarem em espaços sem infraestrutura adequada, são afetados por vários problemas de ordem social, como ausência de saneamento, violência, etc.

É evidente que a baixa renda e pouca escolaridade da maioria da população também influencia neste processo de ocupação irregular e sem estrutura. Mas não é por falta de oferta de cursos técnicos e superiores, em Planaltina estão implantados grandes centros de ensino e pesquisa como o Instituto Federal de Brasília, Embrapa; UPIS e UNB (Figuras 3.20 e 3.21). Melo e Sousa (2009) “[...] destacam que essa universidade representa, além de uma oportunidade para muitos jovens da região acessarem uma educação superior pública e de qualidade, representa também um novo horizonte de crescimento para a cidade [...]”. Esses autores esclarecem que:

O Campus de Planaltina, experiência pioneira do projeto de expansão da Universidade de Brasília, ao contrário do planejado, além de não obter sucesso no preenchimento das vagas em seus quatro primeiros semestres de funcionamento, teve uma diminuição vertiginosa na procura pelos cursos do primeiro para o segundo semestre. Planaltina e as outras cidades dessa área integram uma região de pouquíssimo acesso a UnB, caracterizada por uma população de baixa renda e escolaridade. (MELO;SOUSA, 2009, p.13;14)

Essa falta de interesse pela educação reforça as colocações de Guimarães (2005, p.16), que deixa a entender que a culpa das disparidades sociais é da própria massa desvalida, “[...]que é pobre, miserável e oprimida por não ter sido capazes de se educar[...]”.



Figura 3.20: Universidade de Brasília – Unidade de Planaltina/DF. **Fonte:** arquivo da autora.



Figura 3.21: Instituto Federal de Brasília – Unidade de Planaltina/DF. **Fonte:** arquivo da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço urbano no Distrito Federal teve sim, no início, seu diferencial em função da conjuntura existente. O fato é que os idealizadores da Capital não contavam com o grande contingente populacional que viria a ser conquistado através das promessas de um futuro melhor. A vinda de novos habitantes para a região resultou no acelerado processo de urbanização que ameaçava o projeto “intocável” para a Capital. No intuito de proteger a área central foram criados projetos paliativos carregados de iniquidade social, e os percalços ao longo da construção transformaram Brasília em uma metrópole que desde sua inauguração até os dias atuais promove a segregação espacial mascarada sob políticas de controle social. E a principal consequência é a expansão desenfreada das cidades satélites, hoje denominadas Regiões Administrativas.

Neste contexto, o antigo Município Goiano teve sua particularidade invadida. A cidade pacata, de um tempo lento, teve sua estrutura alterada ao atender os interesses da Capital. Para os moradores mais tradicionais Planaltina não teve seu devido valor histórico preservado, e o potencial turístico da região não é muito divulgado, nem mesmo em Brasília.

Verifica-se que ao longo dos anos houve uma dissolução de uma história e de costumes que poderiam ter dado outro rumo para a região. A deterioração das condições ambientais e dos aspectos sócio-culturais enfraqueceram consideravelmente os significados inerentes aos antigos moradores que sempre demonstraram que lhes foi imposto uma situação indesejável e comprometedora da identidade local. As condições caóticas que caracterizam o crescimento da periferia da cidade vêm acompanhadas pela deterioração de muitas áreas do centro antigo e dos bairros localizados ao seu redor.

Ao analisar sua paisagem e estrutura urbanas, é possível notar a reprodução de vários momentos da história e apesar de ser uma cidade antiga apresenta-se com problemas de comunidades recém criadas. A realidade não é nada animadora, os problemas estão visíveis por toda parte. Planaltina tem crescido muito ultimamente, infelizmente desordenadamente e está precisando de um bom banho de urbanismo. Talvez seja a hora de se implantar uma revitalização na cidade, não apenas no centro histórico, mas na cidade em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. **Sobre a memória das cidades**. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Marcelo Lopes de Souza; Maria Encarnação Beltrão Sposito (Org.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1ª Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.
- ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. **Geografia Geral e do Brasil, volume único**. 1ª edição, São Paulo, Ática 2005.
- ALMEIDA, Thaís Paranhos Kelly. **Como Planaltina resiste à intimidação do tempo**. In: *Revista Encontro Brasília*. Impressão Ibec. Distribuição D.A Log. Ano II nº 17, 2014.
- ARANTES, Lúcio Batista. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999. XX p.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 3a. edição, 2011.
- BERTRAN, Paulo. **Primórdios da Região**. In: Águas Emendadas/Distrito Federal. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Fernando Oliveira Fonseca (Org.). – Brasília, Seduma, 2008.
- BUENO, Laura Machado M. **O enfoque ambiental: caminhos para a sustentabilidade urbana**. In: *Encontro latino-americano sobre edificações e comunidades sustentáveis* – Congresso ELECS. Campo Grande, nov.2007.
- CALDAS, Alderico de Souza. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.
- CALIMAN, Jéssica Fazolo. **Caracterização do potencial agrícola da região rural de Planaltina/DF: Explorando o sisater**. Dissertação de Mestrado -Universidade de Brasília – UnB Planaltina, 2013.
- CAMPOS, Neio Lúcio. *A produção da segregação residencial em cidade planejada*. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 1988.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A “ilusão” de transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano – desafios de uma geografia urbana crítica**. *Revista Cidades*. Vol. 1, nº 1, p.289-306, 2009).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CARVALHO, Paulo Roberto de Sousa. **A expansão urbana na Bacia do Ribeirão Mestre D’armas (DF) e a qualidade da água**. Estudos Geográficos, 2005.

CASTRO, Mário César Sousa. **A cidade de Planaltina**. In: *Águas Emendadas/Distrito Federal*. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Fernando Oliveira Fonseca (Org.). – Brasília, Seduma, 2008.

CASTRO, Mário César de Sousa. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999. XX p.

COELHO, Christiane Machado. **Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto**. Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 65-75, jan./jun. 2008. Consultado em 16/09/2010, http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/1795/pdf_42

CODEPLAN. **Coletânea de Informações Sócioeconômicas/ Região Administrativa RA VI Planaltina/Companhia de Planejamento do Distrito Federal**. – Brasília, DF : CODEPLAN : NEP, 2007.

CODEPLAN. **Indicadores de Desigualdade Social no Distrito Federal / Companhia de Planejamento do Distrito Federal**. – Brasília, DF : CODEPLAN : NEP, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A geografia cultural e o urbano**. In: _____; ROSENTHAL, Zeny (Orgs.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224 p. p. 167-187.

COSTA, Everaldo Batista; SUZUKI, Júlio César. **Materialismo histórico e existência – discurso Geográfico e utopias**. Espaço & Geografia, Vol.15, Nº 01, 2012.

DA GUIA, George Alex. CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Segregação residencial e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 145-168, jan/jun 2010.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DE SENE, Eustáquio. **As cidades na história**. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo. Ed. Scipione, 2000.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: Saber Atual: 1972

FONSECA, Fernando Oliveira; NETTO, Pedro Braga. **Parcelamentos Irregulares na Bacia do Lago Paranoá**. In: Olhares sobre o Lago Paranoá. Fernando Oliveira Fonseca (Org.) Brasília/Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.

GARCIA, Tânia Regina da Silva. **Cidade histórica de Planaltina: uma proposta de programa para projeto de desenho urbano através de consultas à população**. 1980.

GUIMARÃES, Alice Gonçalves. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999.

GUIMARÃES, Maria Violeta.. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999. XX p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HOLANDA, F. R. B. 2003. **Brasília: Da Carta de Atenas à cidade dos muros**. In: 5º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Carlos. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/054R.pdf> Acesso em 09/08/2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Catálogo de imagens Landsat -5 TM**. Disponível em: < <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

JÚNIOR, Antônio Menezes et. Al. **As idéias de mudança da Capital**. In: Olhares sobre o Lago Paranoá. Fernando Oliveira Fonseca (Org.) Brasília/Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.

LEITE, Sílvia Silva Cavalcante. **A produção do espaço urbano em Águas Claras/Brasília: uma leitura a partir da relação contraditória entre capital e trabalho na construção civil**, Dissertação de Mestrado/Universidade de Brasília/Departamento de Geografia, 2009.

LIMA, SOUZA. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. p.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **Sertão Planaltino [manuscrito]: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950 – 1964)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

MELO, Livia Veleda de Sousa e Melo; SOUSA, Jose Vieira de. **A democratização do acesso a educação superior: o caso da universidade de Brasília – campus de Planaltina**, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOURA, Andréa Mendonça de. **Um centro urbano para Planaltina**. Dissertação de Mestrado-Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação – Faculdade de Arquitetura e urbanismo, 2003.

MUNIZ, Márcia Maria Braga Rocha; NETTO, Pedro Braga. **MEIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL/Aspectos Socioeconômicos**. In: Olhares sobre o Lago Paranoá. Fernando Oliveira Fonseca (Org.) Brasília/Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.

NUNES, Brasilmar Ferreira; MAURO, Breno Gomes da Silva. **MEIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL/ Socioeconomia local**. In: Águas Emendadas/Distrito Federal. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Fernando Oliveira Fonseca (Org.). – Brasília, Seduma, 2008.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: a Metrópole em Crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília, Ed. UnB, 2ª Ed. 2010.

PAVIANI, Aldo. **Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise**. Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII – no 11, 12 e 13 - set./out., 2003. Consultado em 16/09/2010, http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_5_brasilia.pdf

PELUSO, M. L.; OLIVEIRA, W. C. de. **Distrito Federal: paisagem, população e poder**. 2 ed. Brasília: Editora Candido Calazans, 2012.

PELUSO, M. L. et al. **Turismo, Identidade e Encenação da via Sacra em Planaltina/DF**. Espaço & Geografia, Vol.6, Nº 2, 2003, ISSN: 1516-9375).

PELUSO, M. L. **Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa**. Espaço & Geografia, Vol.6, Nº 2, 2003, ISSN: 1516-9375).

Relatório sobre o Estado das Cidades do Mundo 2010/11 “Unindo o Urbano Dividido”. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT). Editoração e Publicação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e Metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais**. In: *Economia Espacial*. 2ª Ed. São Paulo: EdUSP, p. 187-204, 2003.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5º Ed., 2. Reimpr. - São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª Ed.; 1ª reimpr. – São Paulo: EdUsp, 2012.

SCALCO, Raquel Faria. **Urbanização e degradação ambiental no Brasil**, 2009. <http://www.artigos.com/artigos/sociais/arquitetura-e-urbanismo/urbanizacao-e-meio-ambiente-no-brasil-7058/artigo/#.U7WTnpRdX5M> Acesso em 03/07/14.

SILVA, Maria Alice Sampaio. **A produção da habitação de interesse social no Distrito Federal e seus rebatimentos nos assentamentos irregulares na cidade modernista: o caso de Nova Colina**. Dissertação de Mestrado – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**, 6ª Ed. –Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

ANEXOS

Arquivo Público do Distrito Federal
Gerência de Pesquisa
Projeto Planaltina

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL

Alice Gonçalves Guimarães

Proibida a publicação no todo ou em parte.
Permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte.
Permitida a reprodução.

Norma para citação:

Guimarães, Alice Gonçalves. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999. p.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
SAP Lote "B" Bloco 41 – NOVACAP
71.215-000 - Brasília/DF
Fone: (061) 361-1454 Fax: (061) 233-2191
E-mail: arpdf@arpdf.gdf.gov.br
www.gdf.gov.br/arpdf

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Alice Gonçalves Guimarães (AG)

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistadores: Parte 1 – Silvia Regina Viola de Castro (SC)
Viviane Irene Fonseca Dornas (VD)

Levantamento de dados e roteiro: Deuzíria de Carvalho Soares
Silvia Regina Viola de Castro

Conferência e leitura final: Clêmia Lucas Barros Teixeira
Deuzíria de Carvalho Soares

Elaboração de temas: Deuzíria de Carvalho Soares

Local: Planaltina-DF

Data: 11 de agosto de 1999.

Duração: 40'

Fita cassete: 01 (uma)

Páginas: 16 (dezesesseis)

TEMAS

Dados biográficos; atividades profissionais e cotidianos familiares; casamentos; relacionamentos

entre as famílias tradicionais, Gomes Rabelo, Monteiro Guimarães e Salgado; comentários sobre a política remanescente de Planaltina; brigas acirradas entre os partidos existentes na época; atividades do esposo; estabelecimentos de ensino; filhos; educação dos filhos; desapropriação de terras; festas populares religiosos; bailes; piqueniques; meios de transporte; comércio; comissões, missão Cruls; transferência da Capital Federal; brincadeiras antigas; partidos políticos da época; considerações finais 01 a 16.

Arquivo Público do Distrito Federal. Programa de História Oral. Linha Formação de Planaltina. Entrevista com a senhora Alice Gonçalves Guimarães, realizada por Silvia Regina Viola de Castro e Viviane Irene Fonseca Dornas, aos 11 dias do mês de agosto de 1999, na residência da entrevistada, com início às 14h40'.

(SC) - Eu gostaria que a senhora inicialmente desse o nome completo, data e local de nascimento.

(AG) - Eu nasci aqui em Planaltina, em 26 de novembro de 1914.

(SC) - O nome do pai e da mãe da senhora?

(AG) - Meu pai é Antônio Gonçalves Guimarães.

(SC) - E a mãe?

(AG) - Floriscena Gondim Gonçalves.

(SC) - O pai da senhora qual era a atividade dele?

(AG) - Ele era comprador de gado, ele nos criou assim, indo para o sertão, para São José, Tocantins, por aí, comprava gado e levava para Barreto e vendia, assim ele vivia com negócio, tinha fazenda, depois ele vendeu-a e nós mudamos para aqui, ele era comerciante.

(SC) - Fixaram aqui na cidade não é?

(AG) - Na cidade, ainda tem até hoje, a casa que eu nasci.

(SC) - É?

(AG) - Nessa rua aqui, lá na ponta.

(SC) - Beleza! E seus avós paternos a senhora lembra deles?

(AG) - Paternos é... Diolinda Monteiro Guimarães.

(SC) - A senhora lembra, conviveu com eles aqui?

(AG) - Pouco tempo. Quando minha avó morreu eu tinha uns doze anos, meu avô eu não lembro, era Rufino, não sei o sobrenome dele, eu sei que era Rufino.

(SC) - E a parte de mãe, os avós maternos a senhora lembra deles?

(AG) - Esse aí... minha mãe é Auréa Cândida Mundim, o avô eu não me lembro do nome dele.

(SC) - Todos eram daqui de Planaltina, dona Alice?

(AG) - Não, minha mãe era mineira, vinda de Monte Carmelo, Aguçu de Monte Carmelo. Eles vieram para Formosa, ela, minha avó era farmacêutica naquele tempo e parteira, mudaram para Formosa onde residiram muito tempo e meu pai era vaqueiro em uma fazenda aqui, então depois ele casou com minha mãe e moraram numa fazenda chamada Boa Vista.

(SC) - Aqui mesmo ?

(AG) - É aqui no Município.

(SC) - Quais eram as atividades de antigamente dona Iaiá, que vocês faziam assim?

(AG) - Nós de casa?

(SC) - É.

(AG) - A criação era a lida de casa não é? Eu estudei só até o quinto ano que era o curso primário naquele tempo, não tinham outras escolas.

(SC) - Sei.

(AG) - E ninguém naquela época saía para estudar fora, só isso mesmo.

(SC) - Ficavam aqui, as mulheres ajudavam as mães.

(AG) - Em casa os familiares, as filhas ajudavam, uma tomava conta da cozinha, a outra de arrumar a casa, outro dia era assim, repartiam os serviços.

(SC) - E os homens iam ajudar os pais.

(AG) - Ajudando os pais.

(SC) - E os casamentos de antigamente, a senhora acha que era uma coisa mais sólida?

(AG)- Era, antigamente as mulheres sofriam por agradar essa possibilidade de esposa e mãe, as que sofriam, as que não sofriam levavam uma vida normal, mas viviam muitos anos. Eu de poucos anos para cá que teve esse negócio de separação, não é?

(SC) - E existia muito casamento entre as famílias mesmo?

(AG) - Aqui é só entre as famílias, todo mundo aqui é casado, depois que veio Brasília é que mudou um pouco, mas todo mundo aqui é casado, eu sou casada com meu primo, todos são casados... eram três famílias, Gomes Rabelo, Monteiro Guimarães e Salgado, essas três famílias que entrelaçaram os casamentos.

(SC) - Ficaram aí, foram.....

(AG) - Eu tenho uma sobrinha que é casada, que é prima primeira duas vezes do marido.

(SC) - E a política antigamente aqui como é que era?

(AG) - A política era brava, é de mal querência, a política é de nem cumprimentar um com o outro, quando é... o que eu hoje acho tão esquisito que a gente pode seguir o partido da gente e ser amigo não é? É quando falo acho esquisito, até hoje ainda tem um pouquinho de diferença quando tem político um do outro, ainda são diferentes uns com os outros ! E ao passo que deveria ser uma coisa muito liberal ? Cada um tem seu partido e devem ser amigos, a gente tem que respeitar a opinião dos outros, como deve-se respeitar a religião de cada um.

(SC) - Certo, então antigamente era mais rígido o negócio?

(AG) - Muito rígido, aqui tinha muita política , era religião protestante com católico e política! Partido assim, um com o outro, tinha muita rixa.

(SC) - E o esposo da senhora fazia o quê?

(AG) - Meu esposo era escrivão da estatística, depois ele foi delegado, escrivão eleitoral, que quando veio Brasília , levaram o cartório eleitoral para lá, muitos meses ele ia cedo, voltava

tarde, ajudando a colecionar, organizar o cartório, junto com a escritã, prima, casada com um primo meu, Amélia Lopes Guimarães.

(SC) - E seus irmãos, também todos ficaram aqui em Planaltina?

(AG) - Todos foram nascidos e criados aqui, a mais velha casou com um fazendeiro, morava na fazenda, depois mudou para cidade que a mãe dessa que eu fico com ela, todos foram casados entre famílias.

(SC) - Entre famílias também?

(AG) - É, entre família.

(SC) - A senhora falou para gente que estudou até o quinto ano ?

(AG) - É.

(SC) - Antigamente então aqui era difícil ter escola?

(AG) - Aqui era só escola particular, não tinha escola pública no meu tempo ! Depois veio, eu não sei qual o governo, a nomeação de professora pública, as primeiras professoras não eram do meu tempo, do tempo dos meus filhos, das pessoas mais velhas do que eu, era uma tia minha, irmã da minha mãe, Percília Mundim, foi a primeira professora que esteve aqui e depois teve o avô dessa menina que estou aqui com ela, Tibúrcio Gomes Rabelo, que é uma família também entrelaçada, depois veio a nomeada do governo, Rita Salgado, essa já foi primeira professora pública.

(SC) - E a dificuldade que tinha esse negócio de não ter colégio aqui, as pessoas saiam muito daqui para estudarem fora?

(AG) - É, que só estudava assim. Depois, foi criado o grupo escolar que eu não sei qual foi o governador, mas o Secretário de Educação eu sei , é, nesse instante eu lembrei dele, Americano do Brasil, ele era o Secretário de Educação. Então é que fundou o colégio na praça...

(SC) - Ficou mais fácil.

(AG) - A praça Salviano Monteiro Guimarães, o mais forte político de Planaltina foi Salviano Monteiro Guimarães, o avô de Maria Alice, foi a fortaleza da vivência de Planaltina...

(SC) - Ele era parente da senhora também?

(AG) - Ele é primo primeiro do meu marido, você vai a Maria Alice?

(SC) - Conheço sim.

(AG) - Pois é, é o avô dela.

(SC) - Agora vamos falar do casamento da senhora? Como é que a senhora conheceu o seu marido?

(AG) - Nós éramos conhecidos desde criança, porque é parente. Tudo...

(SC) - Brincavam juntos?

(AG) - Todos juntos.

(SC) - Quantos filhos a senhora teve?

(AG) - Sete.

(SC) - Sete filhos. O marido da senhora ajudou na construção de Brasília, porque foi lá para ajudar a fazer o negócio da

(AG) - Organização do cartório.

(SC) - Organização do cartório, não é?

(AG) - Foi, ele teve duas funções públicas, ele foi delegado, escrivão do cartório e escrivão de estatística.

(SC) - E nessa época, ele falava alguma coisa para senhora assim, de problemas de terras que teve aqui com a desapropriação?

(AG) - Ele foi dentro, ajudou a ver essas coisas todas, descobrir tudo isso. O escrivão era .. chamava Francisco Cumpignato, era um baiano, então foram eles dois que descobriram, viram esses negócios das terras e tudo....

(SC) - Para fazer....

(AG) - Das fazendas.

(SC) - Das fazendas , não é? Planaltina dona Iaiá, antes de Brasília? Antes de começar a construção, como é que eram as coisas, eram muito diferente, as famílias?

(AG) - Não, as famílias agora que está diferente né? Que modernizou demais, as famílias não estão naquela convivência que tinha antigamente.

(SC) - Pois é antigamente era diferente de agora.

(AG) - É, antigamente se tinha uma festa, reuniam, faziam, as moças muito animadas, tudo parente, a gente falava os bailes e hoje eles falam, o que é que falam eles hoje? muito diferente.

(SC) - Hoje é festa ?

(AG) - É, então tinha a festa, nesse sábado vai ter um baile lá em casa, então reuniam os rapazes, as moças, dançavam. Naquele tempo tocava, chamava sanfona, hoje não sei como é que chama, então a gente dançava até a madrugada na casa de uma tia, na casa de uma prima, de uma amiga, reuniam as moças, dançavam, aquela união assim de muita simplicidade, sem malícia, sem nada, tudo era puro, não tinha essas coisas de estar com seus namoricos para oss cantos não.

(SC) - Não . Era tudo junto.

(AG) - Era uma coisa muito sadia, muito pura sabe? Antigamente era assim, tinham os piqueniques naquele tempo, a gente ia para o mato, uma parte assim do mato onde a gente fazia fogueira, comida, tudo lá. Comia, passava o dia no mato tocando, dançando, era assim, muita festa boa .

(SC) - E as festas religiosas de antigamente, eram melhores que hoje ou não?

(AG) - Hoje não, hoje tem mais movimento, tem as criações das reuniões de casais, de jovem né? Antigamente não, as mães ensinavam em casa as principais orações e mandavam a gente para missa, era assim, de vez em quando, de mês em mês, dois em dois mês, porquê não tinha padre...

(SC) - Não tinha padre aqui.

(AG) - É. A avó da Maria Alice, dona Olívia Campos Guimarães foi a baluarte da religião aqui, porquê ela ajudou muito, os padres vinham, hospedavam na casa dela, a igreja não tinha nem apartamento, ela que levava as coisas da casa dela e arrumava, então vinha a missa, os padres, hospedavam com ela. Uma madrinha minha, chamava Etelvina da Silva Campos, o marido dela foi também prefeito, que nesse tempo a gente falava era ..., hoje como é que fala? O linguíça é o administrador, então tinha ele era... foi prefeito também e ela foi uma mulher muito caridosa, Etelvina da Silva Campos, ela e tia Olívia que é a avó de Mará que faziam tudo, mandava buscar, porque os primeiros carros que tivemos aqui, foram do marido dela, aqui tinha uma como é que fala? Quando cria uma firma, é Benviatte Salgado e Companhia, que foi Salviano, Alexandre Salgado e Benviatti era o Venturino, um forte comerciante de Ipamerí, que quando eles criaram aqui esse comércio, chamou ele para tomar parte, ser gerente, tinha o cortume, a charquiada, aí vieram os caminhões, não tinha caminhão, aqui não tinha nada de rodagem.

(SC) - Transporte aqui não tinha.

(AG) - O transporte aqui era carroça.

(SC) - Carro de boi.

(AG) - Carro de boi, era assim, tudo. Depois então veio essa fundação

(SC) - Criação dessa companhia, começou a desenvolver mais.

(AG) - Desenvolver. A primeira loja aqui chamava Loja Grande, é onde se comprava a roupa, a gente se precisava sair, comprava em Formosa, em Luziânia, porque Planaltina antigamente era município de Formosa, depois passou município Planaltina, depois ela emancipou . Ficou sendo Planaltina Estado de Goiás, então foi desenvolvendo, a luz também veio depois com essa companhia, como é que chama? Benviatti Salgado é que arrumou a luz, com Salviano Monteiro sempre na frente com ele , foi o chefe especial de Planaltina.

(SC) - Quer dizer que nem luz não tinha também, eles é que colocaram ?

(AG) - Não tinha luz , a luz aqui era assim, quando matava a vaca tirava o sebo, você já ouviu falar no sebo? Que eu falo é sebo, hoje eu não sei. Fritava ele, fazia as velas, a gente iluminava com essas velas e candeia de óleo de mamona, uma frutinha que dava, a gente colocava para secar no terreiro, socava, colocava para ferver, tirava o óleo, fazia o pavio com algodão, era a luz que tinha.

(SC) - Depois com eles é que veio...

(AG) - Essa avó minha também tecia no tear.

(SC) - Ah, a senhora aprendeu a fazer isso?

(AG) - Tear não. Ainda não foi no meu tempo.

(SC) - Não.

(AG) - Não, eu sei que era tempo que a mamãe contava, teciam coberta, colcha, essas coisas era época.

(SC) - Educação realmente então não tinha, era só aula particular, depois que vieram mais tarde os colégios.

(AG) - A professora pública.

(SC) - É, isso.

(AG) - Depois é que veio o grupo escolar, depois de passar de Brasília é que vieram aqui essas escolas que tem aí.

(SC) - O comércio, como é que era antigamente? A senhora falou que a primeira loja era Casa Grande.

(AG) - É essa daí, a outra, de Epaminondas da Silva Campos é uma loja muito bonita, eles moravam ali naquela praça onde vocês entraram, aquelas casas ali ao redor eram deles, onde é o Museu, era a casa principal do Salviano Monteiro Guimarães, e a do outro lado de cima era do João Carlos de Alarcão, tudo de gente de poderes. E Epaminondas da Silva Campos ali onde tem uma casa comprida era o grupo escolar, quando fundou o grupo escolar Americano do Brasil. Nessa época , eles criaram o Aeroclube em Planaltina, então tinha o campo de aviação e o candidato a governador do Estado prometeu se ele ganhasse, tivesse a maioria aqui, que daria um avião, então ele prometeu, ele deu o avião, mas não pôde ser registrado aqui porque aqui já tinha o campo de aviação, já tinha a parte da aeronáutica, foi cedido para Luziânia.

(SC) - Ah! foi prá lá?

(AG) - É foi. A parte religiosa era assim, tinham as festas, vinha marcava o tempo, a dona Olívia mandava buscar os padres, hospedavam na casa dela e então fazia aquela festa, com a

chegada dos padres e tudo, tinha as missas, procissões, você sabe hoje que são as procissões, as missas? As principais festas, que é do protetor São Sebastião, protetor de Planaltina, e dessa época foi criado um jazz, música, a parte musical.

(SC) - Ah, é uma banda?

(AG) - Uma banda, é poucos instrumentos. Foi o meu cunhado Cassimiro Gomes de Melo que fundou o jazz, então partiram, os meninos estudando música e aprendendo e foi desenvolvendo, onde tinha belos carnavais, nesse salão do Aeroclube, carnaval familiar, só a gente mesmo da cidade, tudo muito bonito, as moças se preparavam muito bem vestidas e tudo para essas festas, passava a noite dançando, festando. Tudo assim com muito mais harmonia, mais paz, mais alegria, porque hoje se tem até medo de soltar um filho seu prá ir numa festa, as vezes nem volta mais, é um desenvolvimento que hoje, mas que traz muito sofrimento, naquele tempo não tinha moto, não tinha pancada, não tinha nada dessas coisas, assim é uma coisa muito sadia, muito bom né? Hoje eu fico vendo isso assim lá em casa, meus netos saindo, rezando para Nossa Senhora guardar eles porque...

(SC) - A senhora tem quantos netos?

(AG) - Tenho sete.

(SC) - Sete netos?

(AG) - É.

(SC) - Eles moram todos aqui em Planaltina?

(AG) - É, uns estão pequenos, estão estudando ainda, não moram aqui, moram todos em Brasília.

(SC) - Moram em Brasília?

(AG) - Quando veio Brasília eu mudei para educar meus filhos, para os meus filhos continuarem estudando, então, felizmente todos tem seus estudos, a maior parte lá em casa deu professor. Que a minha família toda era vocação...

(SC) - Professor.

(AG) - É.

(SC) - Que bom.

(AG) - São professores.

(SC) - Vamos falar das comissões. A senhora disse que lembra de uma, na época que veio a Missão Cruls?

(AG) - É essa que eu lembro.

(SC) - Que vieram escolher o local para fazer...

(AG) - O local, tem a pedra fundamental, e eu gravei muito bem que a pedra fundamental foi no ano que nasceu a primeira sobrinha minha, filha da minha irmã mais velha, que ela também foi professora e diretora aqui e diretora muito bem quista aqui no ginásio, quando fundou as escolas, agora já é aposentada, mora aí na frente, já está com setenta também e poucos anos, essa foi na época que veio essa Comissão Cruls, que instalou a pedra fundamental, foi uma festa, um movimento a instalação dessa pedra fundamental. Mas depois ele veio, muitos anos depois que estou falando para minha sobrinha, eu sei que foi em abril, mas não sei que ano foi a transferência.

(SC) - Que veio mesmo não é?

(AG) - Que veio mesmo Juscelino Kubitschek.

(SC) - A transferência, que veio a mudança, a construção.

(AG) - É a mudança, as construções, gente passou muito..... mudou muito para lá...

(SC) - Nessa época....

(AG) - Foi transferida a comarca daqui para Planaltina.... para Brazilinha, hoje Nova Planaltina, onde foi meu arquivo do trabalho que fiz, fui funcionária do grupo, trabalhei com a minha cunhada, que quando veio o grupo, foi fundado o grupo, o primeiro diretor chamava Dr. Câmara Filho, advogado e era um personagem muito respeitado, porque naquele tempo não tinha advogado, não tinha essas coisas, então ele veio cedo, ele veio na comissão de 22 quando teve uma revolução, vieram para cá e ele ficou, esse Alexandre Salgado junto com soldados dele....

(SC) - Foi na época dos revoltosos?

(AG) - Não foi. Foi negócio de mudança, do tempo de Getúlio Vargas para cá, tem uma mudança passou sem ter eleição, liberar, não sei se é assim, como chama essa ditadura, não sei falar tudo muito bem eu não guardo tudo, não sei se estou falando bem.

(SC) - Está falando ótimo.

(AG) - Então, quando criou, minha cunhada foi ser a diretora e ela não trabalhava na secretaria, com ela.

(SC) - A senhora ajudava ela lá?

(AG) - É.

(SC) - A senhora trabalhou muito tempo com ela?

(AG) - Ela aposentou. Quando veio Brasília, vieram as professoras todas de Brasília, as que eram de Goiás não queriam ir para a comarca de Planaltina, então foram aposentadas, o governo aposentou, eu mesma nessa época fui aposentada, que eu não ia para esse mundo

ajudar a criar Nova Planaltina, então tem Brasilinha, o arquivo está todo nesse Grupo Escolar.

(SC) - Ah, porque foi o primeiro que fez.

(AG) - É, então lá ficou sendo Planaltina - Goiás, foi transferido todos os arquivo para lá.

(SC) - E nessa época que começou essa mudança mesmo, da capital para cá, a senhora começou a sentir já a diferença no pessoal de Planaltina, porque vinha muita gente, para cá?

(AG) - É.

(SC) - Que ninguém conhecia, como é que era isso?

(AG) - É veio, é isso mesmo, começou, vinha, começou a estranhar, já ficamos sendo e foi ficando devagarinho sem aquele ambiente familiar que nós tínhamos, aquela Planaltina saudável que era, de modo com essa chegada do povo grande, gente muito boa, tem mulheres também, mas junto vieram gente assim, mau caráter e foi...

(SC) - Começou a misturar então, já tinha casamento com outras pessoas?

(AG) - Já tinha casamento, hoje a gente vai na igreja a maior parte já é desconhecido, porque os antigos já formaram, da minha família, meus irmãos, minha família só tem eu viva, todos já morreram, esse irmão meu, Francisco Mundim Guimarães foi também muito político, ele foi prefeito aqui, duas vezes, minha família era toda super relacionada minha filha, foi um tempo muito bom. A gente prá fazer o café, sabe como que a gente fazia? As casas tinham aqueles quintais grandes todo plantado, a gente tinha que colher o café, o coquinho..

(SC) - Fala que é terreiro não é?

(AG) - É terreiro. Tinha que socar, pôr para secar no sol, depois torrar na panela, socar outra vez para ficar bem triturado, para depois fazer o café, depois veio a máquina, veio o moinho de moer, foi assim devagarinho, progredindo, em vez de socar no pilão você já moía no moinho, enchia era grandeza, olha, lá na casa Bevinhatti chegou um moinho, comprava, daí passou, vinha a torradeira, em vez de você torrar na panela com a mão, com a colher, já veio a torradeira, olha, lá tem a torradeira, era assim e foi desenvolvendo nessas coisas mínimas.....

(SC) - Mas que eram importantes.

(AG) - Mas que era importante, antigamente era.... não tinha.... aqui nunca teve água encanada nem nada, era um regão¹⁰, quando atravessava da cidade, as pessoas lavavam a

¹⁰ A entrevistada se refere a um regato mais volumoso do que o normal.

roupa nesse regão, ia todo mundo, as pessoas com as trouxas como fala, para poder lavar roupa e tudo. Passadeira, o ferro era daqueles ferros antigos punha brasa, para esquentar você tinha que pôr o ferro onde tinha ventilação ou soprava pela boca, e também a primeira farmácia que quando veio para cá o farmacêutico foi uma beleza, chamava Clarindo Augusto, era farmacêutico e médico, mas não era formado, era um médico que atendia a população, depois ele morreu passou para Balbino Claro, que é um dos chefes também muito grande, ele tinha uma grande farmácia, vieram os farmacêuticos formados, era outra festa quando chegavam essas coisas modernas.

(SC) - Melhorava também para o povo.

(AG) - É, ia melhorando e assim foi progredindo, melhorando as coisas, devagarinho que chegou esse ponto, o dia da chegada desse avião aqui foi uma festa, todo mundo correu para o campo ver Jerônimo Coimbra, que trouxe o avião e até fomos ver a chegada, eu vi aquele aviõzinho pequeno, de perto é uma beleza, quando vinha todo mundo ficava no terreiro olhando para cima, tudo isso era novidade.

(SC) - E vocês tomavam banho de rio antigamente, não?

(AG) - Tomava.

(SC) - Tomavam?

(AG) - Tinha uma velha que levava as moças as vezes para tomar banho no rio, que os pais não deixavam sair assim como hoje sai.

(SC) - Com a turma toda não é?

(AG) - Não, ia levar as moças e também em casa. Na bacia, tomava, esquentava no jarro levava para dentro do quarto e tomava... tirava a roupa ia despejando a água e ia lavando, depois veio o chuveiro de corda, não sei se vocês, não devem ter falado, um baldão grande assim, com uma corda, com uma carretilha lá em cima, você enchia d'água, subia, tinha torneira, soltava água caia, já foi um grande passo, tomar banho na bacia era horrível!

(SC) - E quer dizer que para tomar banho de rio, tinha que ir com uma pessoa só com as moças, vocês ficavam fazendo bagunça no rio.

(AG) - É, tomava banho e tudo, era assim, nós chamávamos, Ernestina, essa velha era querida da família, da época de Planaltina.

(SC) - E brincadeira, vocês brincavam de quê?

(AG) - Olha, nós brincávamos de roda de noite com a lua clara, a gente chegava no terreiro juntava, cantava, punha uma no meio da roda segurando a mão e vai e assim essas coisas. Brinquedo que hoje em dia menino não mexe mais nos brinquedos, já ouviu falar em vai condê?

(SC) - Não.

(AG) - Esconde-esconde, é, a gente brincava, escondia, quando estão todos escondidos ficava um de costas no se chegar a contar, pode? Então a gente saía, os outros saíam nas carreiras procurando, era assim os brinquedos. Depois foi desenvolvendo outros brinquedos e tudo, balão, naquele tempo já tinha.

(SC) - Naquele tempo já tinha balão?

(AG) - É, já tinha balão.

(SC) - Fazia de papel de seda.

(AG) - De papel é, ou se não de qualquer papel mesmo, fazia e subia pouco porque era grosso, fogueira, muita fogueira, tempo de São João tinha muita fogueira.

(SC) - Quer dizer que a senhora acha que mudou muito dona Iaiá?

(AG) - Demais também, a gente hoje vai na igreja você não vê mais gente da gente daquele tempo assim sabe? Principalmente eu, porque da minha família de mais velho tem eu e uma prima que está ruim, também ela está com 91 anos, já tá bem velhinha não sabe nem conversar assim direito, mas mudou demais, tem uma casa chamava cortiço, era uma casa emendada uma na outra, cada parte da casa era um cômodozinho, morava as pessoas né? Depois foi criada a cadeia, outra época também de muita animação, muita festa, veio um arquiteto de fora para fazer a planta e construir a cadeia, hoje ela é um artesanato, a cadeia.

(SC) - Ah sei onde é, aí veio delegado para cá.

(AG) - Veio delegado. Meu pai foi delegado no tempo da ditadura, bravo, que no tempo da ditadura tinha que cumprir as ordens! Depois passou, foi melhorando, foi diferenciando as coisas.

(SC) - E hoje a política é diferente também ?

(AG) - É, muito diferente, hoje a política é mais liberal, antigamente na política se comparava uma pessoa, você não podia nem falar, comparava calada, hoje não, hoje é diferente. Tem os partidos, a gente publica que eu sou do PMDB, sou do PSD, meu tempo era PSD e Legalista.

(SC) - Legalista?

(AG) - É.

(SC) - Era um partido só que tinha aqui?

(AG) - Não, só tinha esses dois, PSD já era do meu tempo também.

(SC) – Ah! E a família da senhora participava bastante da política?

(AG) - Toda, que era tudo nacional, nós acompanhávamos Dr. Hosannah. Dr. Hosannah é o pai de Mará, Salviano Monteiro é o avô, acompanhávamos eles. Eles tinham muita

influência política em Goiás em todo estado. Homem de forte influência na política foi Salviano Monteiro.

(SC) - E nessa época que começou a construção dona Iaiá, o que vocês começaram a sentir de diferente? Vocês achavam que Brasília vinha mesmo, se não vinha,?

(AG) - Muito não.

(SC) - Vocês não acreditavam nisso?

(AG) - Não acreditava, muita gente não acreditava, muita gente achava que ficava só em promessa. Depois quando veio, foi uma corrida medonha, que o povo que vinha mesmo e tudo. Foi como se diz, um assombro. O povo ficou tudo admirado das coisas e tudo.

(SC) - Eu queria falar agora das festas populares, de agora, ou de antigamente a senhora que sabe, se quiser falar. Essa festa do Divino, a senhora participa dela?

(AG) - Participo, eu moro lá em Brasília mas venho todo ano, meu marido foi festeiro.

(SC) - É?

(AG) - Foi imperador do Divino.

(SC) - Que beleza, e nessa época era....

(AG) - Não era como é hoje, está muito diferente, a festa antigamente era a missa, em vez de ter as barraquinhas tinham os leilões, início todo dia e muito animada, mas com diferença o aspecto não é? Tinha a folia da rua, mas não era com esse tanto de gente, de cavalo que tem hoje, que o povo... você já veio, já viu?

(SC) - Já vi como é que é.

(AG) - Pois é, não era assim.

(SC) - É muita gente .

(AG) - Muita gente, a cidade era pequena não tinha Brasília. Assim de modo que era bem menos e a festa era assim, não era esse almoço, a missa era as 9h da manhã, depois da missa a gente acompanhava o imperador tudo à pé, até na casa dele, então tinha o café com biscoito, chá, leite à vontade, só na parte da manhã, muito bonita a missa, os padres vinham de Formosa, celebravam a missa e não tinha essas festas que tem hoje. Muita diferença.

(SC) - E naquela época tinha essa bandeira que carregam?

(AG) - E só uma, tinha essa e umas pequenas que saía de casa em casa para receber os donativos, mas não tinha esse mundo, essa cavalaria, não tinha nada.

(SC) - Mas a cidade inteira participava?

(AG) - Participava, agora hoje, depois de Brasília que tem isso, se os foliões da rua ... da roça, a gente ia ver um pouso da folia na casa de um parente, ia à cavalo, que não tinha outra coisa.

FINAL DO LADO “A” DA FITA

(SC) - Era uma coisa mais voltada para a religião.

(AG) – Para a religião, mais piedosa....

(SC) - E hoje é mais para a festa mesmo.

(AG) - E política e tudo, quando tem política, quando no tempo da política é um negócio de.... mesmo dentro das festas o povo, não a igreja, mas o povo que vem assistir faz sua política. Aproveita a vinda do candidato, que vem muita gente, faz seu trabalho e tudo. Acho que fica assim uma coisa misturada, que aliás o padre não gosta, que ele sempre fala que essa festa tem que ser modificada, esse almoço não devia ter, porque é só política mesmo.

(SC) - Porque mistura os políticos com o povo e fica ali fazendo...

(AG) - É, e fica aquele aspecto assim... Mas ele concorda, porque se não for concordar com a tradição, sabe que o povo se revolta. É assim.

(SC) - E a via Sacra dona Iaiá?

(AG) - A Via Sacra é de agora nova, não tem.... é muito bonita, mas no meu tempo não tinha.

(SC) - Não tinha?

(AG) - Não, isso foi depois de Brasília para cá.

(SC) - Essa festa do morro da capelinha que eles falam, é a festa da Via Sacra?

(AG) - Não, essa festa da capelinha foi doada por uma tia da Maria Alice, é filha de Salviano Monteiro, tudo aqui é dessa família, era dono da terra, ela deu o morro da capelinha cumprido uma promessa que a mãe dela fez. Que ela tinha um problema sério, então a mãe fez a promessa e fez a capelinha, aí começou a devoção da capelinha de Nossa Senhora de Fátima, todo ano tem. No meu tempo tinha, a gente ia barracava¹¹, ficava tudo lá no pé do morro, assim faziam as barracas, o povo, tudo diferente de hoje, então a gente subia o morro, não tinha aquela facilidade que tem hoje de subir, hoje até carro sobe! A gente subia, fazia um sacrifício e tudo, tinha missa de Nossa Senhora, a novena, durante a novena o povo ficava tudo embarracado, dormiam nas barracas, é uma festa mais simples mas piedosa.

(SC) - É mais religiosa. E essa Nossa Senhora da Abadia do Muquém a senhora participou dessa festa?

¹¹ Barracava : acampava em barracas

(AG) - Já fui muitas vezes lá, quando moça, eu quebrei até meu braço no caminho porque a gente ia à cavalo, eram oito dias de viagem.

(SC) - Ah sim, não era aqui em Planaltina?

(AG) - Não, hoje mesmo a filha dela fala que está lá, hoje já vai de carro, tem asfalto, só tem 60kms de terra, mas já tem asfalto até lá, pertence a Niquelândia e hoje eu fui, já gostei muito, meu pai ia todo ano, meu pai era devoto de Santa Abadia, então papai já no meio do ano já separava os animais todos, pôr para engordar, ficava tudo forte, fazia aquela comitiva, como fala, aquela comissão de gente para levar. A gente ia, pousava na estrada e levava seis, oito dias para chegar, que viajávamos pouco, então embarracava perto desses rios, de noite rezava o terço, cantava, era aquela reunião de piedade também, hoje já vai muita gente de carro, à cavalo, vai mais agora é de carro, que já tem estrada de rodagem.

(SC) - Fica mais fácil?

(AG) - É. Quando chegou aqui o primeiro caminhão, que foi essa firma que trouxe, foi uma festona também, eles ligaram Planaltina com Cristalina, vinha de Ipamerí, você conhece Ipamerí? Pois é, vinha também de lá as coisas, os meios, levava as carnes já charqueada, levava tudo para lá, vinha com este caminhão assim, chega com um aviso, por acharmos assim muito bonito, aquele movimento. Naquele tempo era um grande movimento de caminhão que chegava.

(SC) - O povo ficava feliz.

(AG) - Depois vieram as jardineiras, vindo para levar os filhos da gente que podiam estudar fora, iam em caminhão, meus meninos estudaram fora uns tempos, iam ou de caminhão ou de jardineira, estudava em Silvânia, você deve ter ouvido falar de Silvânia - GO, era o colégio que tinha, Formosa..

(SC) - Aí levava....

(AG) - Minha menina mesmo estudou em um colégio de Formosa.

(SC) - Eles ficavam lá um tempo?

(AG) - É, primeiro semestre todinho internado e vinham em junho para as férias, a gente levava eles....

(SC) - Vinham duas vezes por ano aqui?

(AG) - Uma era no meio do ano e no começo, depois estudava lá Silvânia, depois passou para Anápolis, a cidade mais afamada, hoje se prepara para ir Nelândia¹², para ir aos Estados Unidos. Primeiro era Ipamerí, depois passou para São Paulo, nas férias vão para lá,

¹² A entrevistada quer dizer Disneylândia

depois passou para o Rio, agora já passou para Disneylândia, agora já é Estados Unidos, não é? Todo fim de ano o povo tem que ir para esse Estados Unidos, e há os progressos! Essas coisas assim tudo eu sei, não sei guardar é data.

(SC) - Dona Iaiá, o que a senhora poderia falar para a gente terminar, a contribuição que Brasília deu para Planaltina, a senhora acha que teve alguma contribuição, ficou alguma coisa boa?

(AG) - Demorou muito vir para Planaltina sabe? Eu achei que eles deviam ter cuidado de Planaltina com mais tempo, foi ela quem deu todo território de Brasília, foi toda nossa família e outros fazendeiros mais.

(SC) - Cederam todas as terras.

(AG) - O Torto era do coronel Sebastião, é outro fazendeirão forte, político, que esqueci até de falar no começo, então juntavam todos eles e foram.. então ele era fazendeiro forte e ele também era daqui, dono dessa parte aqui, do Paranoá, do Torto, tudo era deles, então foi tudo entregue para Brasília com pouco mais de nada não é? Um tio meu mesmo, ali onde é o palácio, era fazenda do meu tio, eu ia passar férias lá, nas horas que estava cheinho de fruta, uma beleza, eu era menina passava, as férias lá, ele era meu tio e padrinho, então ali onde é o palácio, era a fazenda dele, foi tudo doado, doado assim por pouca coisa.

(SC) - Então Planaltina tem uma importância muito grande para Brasília.

(AG) - De fato ela é mãe de Brasília, porque Luziânia deu muito pouco, não sei se Formosa deu, acho que não. Planaltina deu todo território. Sobradinho era de Planaltina, esse Sebastião que é ex fazendeiro, ele morava no Sobradinho, ali tudo era dele, família tradicionalíssima de Planaltina também, aqui Gomes Rabelo que é o avô, Sebastião Sousa e Silva que é esse que estou falando, Salviano Monteiro, Salgado Benvinhatti, esses foram os fazendeiros fortes de Planaltina...

(SC) - Que fundaram mesmo aqui não é?

(AG) - É ...

(SC) - Botaram para frente, trouxe desenvolvimento...

(AG) - Outros membros, os comerciantes; Afonso Coelho, os antigos, os principais e assim por diante até hoje. Eu moro com minha filha na chácara porque fiquei sozinha, todos meus filhos casaram, todos moram em suas casas e eu não quis, a gente não consegue uma pessoa que sirva de companhia e eu ainda não estou precisando de enfermeira.

(SC) - A senhora está firme.

(AG) - Graças a Deus moro com minha filha, tenho lá o meu quarto, meu apartamentozinho, moro com ela que me olha e tudo. E moro aí na chácara perto do colorado.

(SC) - É bom?

(AG) - É, moro ali. Vim passar esses dias aqui com minha sobrinha, essa daí é sobrinha e afilhada.

(SC) - A senhora quer declarar mais alguma coisa para a gente dona iaiá?

(AG) - É só isso mesmo.

(SC) - É?

(AG) - A gente vai conversando, vai lembrando, mas tem dia que eu sento para conversar com uma sobrinha minha, dos antigos, família assim, fulano foi namorado de fulana, não quis casar, não casou com ela, essas coisas de família, nas horas vai lá falar ela é sobrinha dessa outra Iaiá, ela é minha sobrinha e sobrinha dela então ela é lá de casa, então nós conversamos muito e ela gosta e é nova, gosta demais, ela também tem uma cabeça boa, do tempo dela para cá ... ela tem uns 60 e poucos anos.

(SC) Então, em nome do Arquivo Público eu agradeço a senhora a entrevista que a senhora deu para gente.

(AG) - Vocês é que são boas.

(SC) - Foi muito bom, muito obrigada, são 15h20', muito obrigado.

FINAL DA ENTREVISTA

Relação de Documentos que compõem o dossiê da entrevistada **ALICE**

GONÇALVES GUIMARÃES

- Cessão de direitos sobre depoimento oral
- Contato preliminar
- Diário de campo / relatório de entrevista
- Documentos doados pelo entrevistado

Fotografias

Outros

Roteiro de entrevista

Arquivo Público do Distrito Federal
Gerência de Pesquisa
Linha Formação de Planaltina

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL

LÚCIO BATISTA ARANTES

Proibida a publicação no todo ou em parte.
Permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte.
Permitida a reprodução.

Norma para citação:

ARANTES, Lúcio Batista. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1999. XX p.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
SAP Lote "B" Bloco 41 - NOVACAP
71.215-000 - Brasília/DF
Fone: (061) 361-1454 Fax: (061) 233-2191
E-mail: arpdf@arpdf.gdf.gov.br
www.gdf.gov.br/arpdf

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Lúcio Batista Arantes (LA)

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistadores: Sílvia Regina Viola de Castro (SC)
Deuzília Carvalho Soares (DS)

Levantamento de dados e roteiro: Deuzília Carvalho Soares
Lydia Fernandes Borges

Conferência e leitura final: Viviane Irene Fonseca Dornas
Lydia Fernandes Borges

Elaboração de temas: Sílvia Regina Viola de Castro

Local: Brasília-DF

Data: Julho de 1999

Duração: 00(XXXX) horas e 55 (cinquenta e cinco) minutos

Fitas cassete: 1 (uma)

Páginas: 12 (doze)

TEMAS

Dados biográficos; formação acadêmica; origem familiar; considerações sobre as comissões: Cruls, Polli Coelho e Marechal Pessoa; participação no vôo de reconhecimento local da Capital; atuação no Tribunal de Justiça; reação habitantes de Planaltina sobre a construção de Brasília; considerações sobre saúde e escolas; perfil da política em Planaltina; participação de Israel Pinheiro na construção de Brasília; detalhes sobre a desapropriação de terras; transformação de Planaltina com a construção de Brasília; descrição sobre o Vale do Amanhecer; festas populares e religiosas; considerações finais... 01 a 12.

Arquivo Público do Distrito Federal. Programa de História Oral. Linha Formação de Planaltina. Entrevista com o desembargador Lúcio Batista Arantes, realizada por Silvia Regina Viola de Castro e Deuzíria de Carvalho Soares, aos 21 dias do mês de julho de 1999, na residência do entrevistado, com início às 15 horas.

(SC) - Doutor Lúcio, eu gostaria que o senhor desse os dados biográficos, nome completo, data e local de nascimento.

(DS) - Nome.

(LA) Nome completo: Lúcio Batista Arantes.

(SC) - Local e data de nascimento.

(LA) Local em que nasci, Trindade, Estado de Goiás.

(SC) - E a data?

(LA) Três de setembro de 1918.

(SC) - Como é o nome do seu pai?

(LA) - Otávio Batista Arantes.

(SC) - E da mãe?

(LA) - Maria Aurora da Conceição Arantes. Falecidos

(SC) - E os seus avós, o senhor lembra deles?

(LA) - Meu pai?

(SC) - Seus avós.

(LA) - Domingos Batista Arantes e Margarida.

(SC) - São os avós...

(LA) - Moravam em Bela Vista de Goiás.

(SC) - Por parte de pai?

(LA) - Por parte de pai. Viveram casados mais de sessenta anos, eu até tenho retrato de uma comemoração de sessenta anos de casados, bodas de diamante.

(SC) - E dos maternos, o senhor se lembra?

(LA) Meu avô eu não conheci, conheci minha avó.

(SC) - Formação acadêmica do senhor.

(LA) - Estudei o primário em Trindade no grupo escolar senador Caiado, depois chamado João Pessoa, o curso secundário em Goiás, no Liceu de Goiás e o curso superior em Goiânia na Faculdade de Direito, hoje a Universidade Federal .

(SC) - Como é que o senhor começou sua vida profissional?

(LA) - Comecei como funcionário do Departamento da Aeronáutica, depois fui para o Departamento das Municipalidades. Terminei o meu curso e fui lecionar no Instituto de Educação em Goiânia, fui promotor público em Rio Verde, Caiapônia e Goiânia, prefeito de Ipameri, delegado de polícia fiz concurso para juiz de direito e fui para o Norte em Goiás, naquele tempo era Tocantinópolis. Foi lá

porque o governador tinha me prometido, quando terminasse a eleição eu seria nomeado juiz de Trindade, que era pertinho de Goiânia onde eu morava. Eu fui com essa promessa do governador, aconteceu que ele perdeu a eleição e ganhou um partido contrário que não tinha compromisso comigo, e eu fiquei lá isolado no extremo Norte, tratei de me aproximar de Goiânia, onde estava minha família. A irmã do meu cunhado era juíza em Planaltina, fez uma permuta comigo, pelo simples fato de ser mais perto de Goiânia, eu só vim para Brasília porque era mais perto de Goiânia, em 51.

(SC) - Em 51 que o senhor veio?

(LAC) Eu achei que era efêmera a minha passagem por lá, mas fiquei dez anos. No segundo ano que eu estava lá, começou o movimento em favor da mudança da capital, veio a primeira comissão.

(SC) - Luiz Cruls.

(LA) - Polli Coelho

(SC) - Ah, Polli Coelho.

(LA) - Polli Coelho. Eu tenho retrato, eu fiz a recepção e um discurso para ele, houve um banquete na casa do vice-governador.

(DS) - Da família Guimarães.

(LA) - ... era o doutor Hosannah.

(DS) - Ele foi vice-governador.

(LA) - O ano seguinte, começou com aquela intensidade a propaganda, porque na ocasião foram feitos loteamentos em Planaltina, Formosa e Luziânia, eram cidades-satélites de dez mil votos, cidades grandes, se alguém construísse, mas ninguém cogitou disso, então a prefeitura também não beneficiou, não fez nada ficou aquilo isolado no mato. Muito tempo depois a doação voltou ao doador e aquilo desapareceu. Mas as pessoas que adquiriram lotes, na época, influenciadas porque o Presidente da República, naquela época, fez um pronunciamento dizendo que a mudança da capital era tão necessária como o ar que se respira, era aquele Washington Luís. Todo mundo achou que a capital mudaria mesmo. Meu avô deixou de vender a fazenda do Torto por cem contos e acabou vendendo por dez, depois que esfriou o movimento.

(DS) - Perdeu a oportunidade.

(LA) - Perdeu a oportunidade. Naquela época esses loteamentos eram feitos mas não se sabia onde seria localizada a capital, por exemplo, o Israel Pinheiro queria que fosse perto de Unaí. Mas só depois que foi fixado. Eu estava em Planaltina quando veio a segunda comissão.

(DS) - Marechal Pessoa.

(LA) - Marechal Pessoa. O dia que foi localizado, eu sobrevoei junto com meu primo Clóvis Magalhães que fez o primeiro mapa do Distrito Federal, ele era do IBGE, me mostrou: " foi escolhido esse local Sítio Castanho, para Capital", eu olhava lá de cima só tinha aquela estrada que ficou sendo hoje aquela avenida do Núcleo Bandeirante, não tinha nada. No outro dia eu fiquei sabendo, fui um dos primeiros a tomar conhecimento do local. Eu me desinteressei, comecei a ter promoções lá em

Goiás, oito promoções, mas cada juiz que era promovido dependia da minha desistência ou não para que ele fosse. Eu segurei muito tempo as promoções lá.

(DS) - Nessa época o senhor já era casado com a dona Beth.

(LA) - Já, eu me casei acho que um ano ou dois anos antes de 60.

(DS) - O senhor disse que a conheceu no Liceu...

(LA) - Conheci em Goiás.

(DS) - Vocês estudavam em Goiás?

(LA) - Eu era estudante, ela morava lá também. Então nós nos conhecemos, depois vim para Goiânia fazer faculdade, ela também veio porque tinha parentes em Goiânia. O tio dela que por sinal era parente daqueles Távora... o Fernando Távora casado com a tia dela. O nosso casamento foi em Goiânia depois eu vim para Planaltina e fiquei aguardando a transferência da capital que foi feita em 1960. Nessa ocasião, eu estava em Planaltina e fazia todo o trabalho referente a Brasília, porque ela surgiu dentro da minha comarca, mas não tinha autoridade, não tinha ninguém lá, eu vou mostrar para vocês, os jornais reclamavam muito, eu tenho uns recortes, pediam justiça para Brasília, autoridades, não tinha. Nisso veio aquele ofício do presidente do tribunal, eu já despachava em Planaltina, me autorizou a ir para Brasília fizeram para mim um cômodozinho no prédio da Novacap, onde eu fazia minhas audiências toda semana fazia casamentos, e cuidava de todas as questões cíveis, criminais, trabalhistas, acidente no trabalho. Em 1960, foi organizado o tribunal e inaugurado em 6 de setembro de 1960 e fui nomeado juiz substituto da justiça do DF

(SC) - O senhor veio para cá?

(LA) - Eu fiquei e fui pegando meus degrauzinhos até que cheguei a presidência do Supremo Tribunal e me aposentei.

(SC) - O senhor já falou a data do casamento com a dona Beth, como a conheceu. Quantos filhos o senhor teve no casamento?

(LA) - Tenho quatro filhos, três homens e uma moça; são dois procuradores do DF, um advogado, o Leonardo tem um escritório aqui, e a minha filha que é do gabinete da presidência do tribunal de justiça, Lúcia Beatriz.

(SC) - Agora a gente queria saber Planaltina antes da construção de Brasília, como eram as famílias...

(LA) - Planaltina era uma cidade...

(SC) - ... o casamento.

(LA) - ... tranqüila, não tinha nada, todo mundo vivia vamos dizer, aguardando a passagem do tempo. Era uma cidade muito tranqüila. Mas com a mudança da capital ela teve um avanço muito grande e chegou a tumultuar a vida de todo mundo porque foi uma coisa inesperada, ninguém esperava tanto assim, e os habitantes de Planaltina não concordavam, não achavam que teriam vantagens porque tumultuava a vida familiar. Eles ficaram preocupados, houve até um movimento para que Planaltina ficasse fora do Distrito Federal, mas o deputado Emival Caiado, que foi o autor da Lei que marcou a data da mudança ele não quis mexer, eles queriam tirar Planaltina, fazer um corredor para Brazilinha,

mas não foi feito, em Planaltina eles queriam ficar naquela vidinha de sempre. Aos poucos não, foram se adaptando, hoje Planaltina está muito bem é uma grande cidade.

(SC) - E a educação antigamente como era doutor Lúcio?

(LA) - Educação.

(SC) - Tinha escolas?

(LA) - Tinha...

(SC) - ... saúde, tinha hospital?

(LA) - ... tinha escola, até uma escola rural, eu até acho que fui professor lá.

(SC) - E a parte de saúde?

(LA) - Tinha só um médico, doutor Hosanah, que fazia milagres nas curas dele.

(DS) - Como o senhor, que fazia de tudo na parte da justiça.

(LA) - Eu cuidava disso. Depois foram criados postos de saúde.

(SC) - E a política na época, como era?

(LA) - A política foi muito forte. Os políticos não queriam nada com Brasília que conseguiu eleger um prefeito, o Vaz ele foi eleito pelos eleitores de Brasília e Planaltina, ficou como oposição, porque perdeu a hegemonia política nessa ocasião. Brasília já tinha mudado a sede para a beira da lagoa onde hoje é o lago... Brazilinha, foi para São Gabriel, depois veio para Brazilinha, hoje é a cidade de Planaltina de Goiás.

(SC) - Planaltina de Goiás.

(LA) - Planaltina foi se adaptando, hoje tem um centro histórico que não se comunica muito com os habitantes que foram para lá ultimamente. Eles ficaram lá numa região onde tem uns buritis.

(DS) - Residência ali do professor Mário.

(LA) - Não.

(DS) - Vila Buritis.

(LA) - Vila dos Buritis parece.

(DS) - Vila Buritis.

(LA) - É

(DS) - Tem a Vila Roriz e a Vila Buritis.

(LA) - Ali não tinha nada daquilo, era um pasto, aquilo foi meu. Foi desapropriado depois pela Terracap e puseram ali a Vila Buritis. Foi gente dessas invasões do Bandeirante que passou para lá. Então não houve nenhuma ligação entre os habitantes de Planaltina antigos, aquelas famílias tradicionais com os forasteiros

(DS) - São os novos? Nem mesmo um contato mais íntimo?

(LA) - ... são separados ali.

(DS) - O senhor era a autoridade máxima com relação a justiça em Planaltina.

(LA) - Fui.

(DS) - O senhor participou ativamente da política na cidade?

(LA) - " Não, eu como juiz não podia."

(DS) - O senhor era neutro na história?

(LA) - É.

(DS) - Mas o senhor simpatizava com algum partido da época?

(LA) - As decisões eram minhas. As jurídicas.

(DS) - Mas não era tentado ao acontecer algum fato, o senhor falar assim: "bem, eu estou intencionado a ser desse partido, eu gosto, simpatizo mais com esse outro.

(LA) - Não, política lá não tinha nada de grave, era uma família só. Havia divergência mas no fim eles...

(DS) - A divisa era entre uma única família?

(LA) Era. Família Guimarães era maior. Durante esse tempo eles dominaram lá.

(SC) - Agora a gente podia falar sobre a Missão Cruls.

(LA) - Queria até falar isso. Tanto é assim que o cemitério de lá, era praticamente da família Guimarães, um cemitério de roça, cidadezinha da família Guimarães e os da Alarcão, aquelas famílias tradicionais. Com o advento de Brasília, que não tinha cemitério até a morte de Sayão. O primeiro sepultamento foi do Sayão, no cerrado, depois que fizeram o cemitério.

(DS) - O senhor cita essa que convém até a gente falar.

(LA) - Então os enterros eram feitos em Planaltina. Eles pensavam que era só de Goiás que vinham os chamados Candangos, mas não, vinha gente do mundo inteiro, inclusive tinha colônias estrangeiras, os gregos, e os turcos.

(DS) - Ah, os palestinos.

(LA) - Palestinos. Essas pessoas morriam, eram sepultadas lá, então chegou um ponto que o cemiteriozinho ficou sendo internacional, lá estão sepultados brasileiros e estrangeiros. Sepultaram tendo tudo lá em Planaltina. Antes eram só pessoas da família enterradas, hoje tem brasileiros, italianos, portugueses, japoneses.

(DS) - Podia citar esse fato pitoresco dos cadáveres que o senhor encontrou na porta do hotel? (LA) - Posso.

(DS) - Conta para a gente.

(LA) - Aqui? Como não havia...

(DS) - Cemitério em Brasília.

(LA) Os enterros eram feitos em Planaltina, os cadáveres eram conduzidos por caminhões da Novacap e enterrados lá. Em várias ocasiões os caminhões atrasavam e chegavam fora do horário, como aconteceu uma vez que o caminhão com quatro cadáveres ficou na estrada até meia-noite, o motorista cansado deixou o caminhão na porta da pensão, por sinal em frente ao meu quarto e foi dormir, no dia seguinte, quando eu acordei que abri a janela.

(DS) - Que foi respirar um ar.

(LA) - Tinha dormido ao lado de quatro defuntos.

(DS) - Seus ilustres vizinhos, quatro defuntos.

(LA) - Aconteceu.

(SC) - Aí que coisa horrível.

(DS) - Fatos pitorescos.

(SC) - Agora a gente podia falar sobre a Missão Cruls, que o senhor disse que foi na fazenda do seu avô, que eles foram recolhidos, acolhidos.

(LA) - Quando a Missão veio para o Planalto a parte que ficou em Planaltina, porque uns foram para Pirenópolis, Goiás Velho e outros lugares, a parte que ficou fez um acampamento lá, muita gente chama Córrego do Acampamento, pertinho de Planaltina, pertinho de Águas...

(DS) - Emendadas.

(LA) - Não, Águas... que você falou aí...

(DS) - Emendadas.

(LA) - Não, é que toma banho.

(SC) - Águas Lindas?

(LA) - Não.

(DS) - Mineral.

(LA) - Próximo a Água Mineral foi feito o acampamento. Mas eles ficaram muitas vezes no Torto, onde o meu avô residia, pelo menos o Cruls ficou lá uma temporada.

(DS) - No livro dos relatos.

(LA) - Foi tirada no fundo onde tem umas jabuticabeiras e um muro de pedras. Lá o meu avô hospedou na ocasião o Luiz Cruls, mais tarde o Prestes passou por lá na Coluna Prestes.

(DS) - O avô do senhor é o seu Domingos?

(LA) - Não, Francisco Magalhães. é o meu avô, é pai da minha madrastra, então é um avô...

(SC) - É um avô postiço?

(LA) - Não é avô direto é por afinidade.

(DS) - Afinidade.

(LA) - Ele era deputado estadual, morava em Formosa, por isso ele tinha esse Torto que chegou a valer cem contos, foi vendido quando acabou o movimento de propaganda, por dez.

(SC) - E a Missão Polli Coelho?

(LA) - A Missão Polli Coelho foi a primeira comissão que veio.

(DS) - O senhor começou a falar sobre o fato da hospedagem do Cruls na fazenda que hoje é a área do Torto.

(LA) - Quem optou foi a comissão Luiz Cruls.

(DS) - Cruls.

(LA) - O outro ficou na casa do doutor Hosannah. Polli Coelho, o primeiro que veio voltou sem fixar nada, ele apenas fez uma visita ao sítio. A segunda Comissão, o governador de Goiás mandou fazer

um campo para aterrissagem, Bernardo Sayão ele era vice-governador de Goiás, a segunda comissão era...

(DS) - Marechal Pessoa.

(LA) Ele queria dar o nome de Vera Cruz, e não Brasília. O aeroporto chamava Vera Cruz essa comissão que fixou no Sítio Castanho, que era de uma aérea muito grande, depois foi reduzida, dividida em vários sítios, Sítio Castanho e Planaltina, a partir daí foi delimitado o local da futura capital. Essa foi a missão dele, foi embora em quarenta, depois veio Israel Pinheiro já para cuidar da construção. O Israel chegou com toda autoridade e começou então a trabalhar na construção de Brasília. Foi um trabalho intenso, muito grande, tinha trabalhadores do Brasil todo, chamados Candangos, que vinham a procura de um *El Dorado*, de dinheiro e nova vida. Foi um período muito agitado e a capital tinha que ser feita dentro daquele prazo marcado pela Lei Emival Caiado, que era o dia 21 de abril de 1960. No dia da inauguração a Novacap distribuiu colchões para todas as residências para acolherem os visitantes, não havia hotéis, eu me lembro de cobertores e colchões para quem quisesse acolher, os familiares e pessoas conhecidas.

(DS) - Isso em Planaltina?

(LA) - Não. Brasília, em 60.

(DS) - Isso já aqui no Núcleo Bandeirante?

(LA) No dia da inauguração. Não tinha condições ainda de receber tanta gente no dia da missa. Eu acho que contribuí para a mudança com o meu trabalho jurídico, porque quando foi feito a desapropriação houve uma comissão de Goiás chefiada por Altamiro Pacheco, que era para todas as fazendas serem desapropriadas, não tinha juiz para fazer, eu que desapropriei mais ou menos, cinquenta fazendas que constituíam Formosa, Luziânia, Planaltina. Esse trabalho foi feito para que a União pudesse construir em terra própria. Foram feitas muitas desapropriações e outras ficaram, por isso está dando essa confusão de condomínio.

(DS) - Nós estivemos na residência de uma outra entrevistada, dona Bernadete Dutra Coelho, a dona Puinha, ela falou que até pouco tempo as pessoas andavam lá pedindo assinatura dela, por ser herdeira da família Gomes Rabelo. E queriam que ela assinasse para dizer que estava transferindo as terras que era da família.

(LA) - Não, a fazenda Rabelo é o seguinte: os Gomes Rabelo.

(DS) - Gomes Rabelo.

(LA) Eram fazendeiros donos daquelas terras que constituíam o município de Planaltina, que antigamente uma légua por duas, eram medidas muito grande. Depois a igreja recebeu a Cúria Metropolitana passou a ser dona dessas terras e aconteceu uma coisa que eu achei inusitado, andavam por Planaltina herdeiros desses Gomes Rabelos já depois de muitas gerações, muito pobres pedindo até esmolas pelas ruas. E foram donos de tudo aquilo, nessa ocasião a Terracap mandou fazer aqui um prédio para a Cúria, mas eu não soube se mandaram rezar pelo menos uma missa para as almas

daqueles que deram aquele grande patrimônio. Isso não houve a Cúria recebeu de mão beijada e ao meu ver eles mereciam pelo menos uma missa. (DS) - Aceitaram.

(LA) - Os Gomes Rabelo foram os grandes doadores .

(Final do lado 1 da fita 1)

(INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO)

(SC) - Com a construção de Brasília, como ficou a cidade de Planaltina? As desapropriações das terras, as indenizações?

(LA) - Os proprietários a princípio não queriam que suas terras fossem desapropriadas, mais o doutor Altamiro incentivava dizendo que eles eram grandes beneméritos. E que poderiam comprar áreas maiores, mais baratas por fora e acabou conseguindo que os proprietários, quase todos cedessem suas terras, era barato na ocasião, mas acontece que aquelas pessoas seriam muito bem recebidas pelo presidente da Novacap, hoje eu acredito que nem são conhecidos e se chegarem lá não podem entrar.

(DS) Nem sabe quem são.

(LA) Os proprietários venderam, compraram terras fora, mais barato e ficaram sem as suas propriedades. Mas aqueles donos de lotes vieram procurar depois porque quando a prefeitura fez isso em 26, parece que demarcou uma área muito grande, só no papel, de modo que eles me procuravam lá para saber onde era lote, eu falei: " não sei, porque não tem nada demarcado". Inventaram fixar um preço do lote, também não podia, passado muito tempo, trinta anos aquilo voltou ao dono. Mas ninguém cuidou de nada, quando veio Brasília eles vieram correndo procurar, os advogados ganharam muito dinheiro pegando procuração para localizar indenização. Mas o preço era tão pequeno quarenta mil réis, quarenta mil alqueires, vinte por vinte mil metros.

(DS) - Era pouca coisa.

(LA) - A área era muito pequena, mas tinha gente que achava que era dono até do local onde é o Palácio da Alvorada, apareceu a dona: "não, o meu loteamento é lá no Palácio da Alvorada". Isso passou esses papéis foram parar em Goiânia, a prefeitura cobrava uma taxa só, a pessoa leva embora. Mas ninguém cuidou, depois de Brasília eles correram para procurar legalizar mas não tinha mais. Então tinha uns loteamentos também assim que apareciam clandestino, cinco minutos do Plano Piloto, de avião. Eram essas pessoas que procuravam fazer um loteamento irreal.

(SC) - E o senhor acha que a cidade de Planaltina mudou muito com a construção de Brasília?

(LA) - Mudou. Planaltina era uma cidade isolada, pequenininha. Meus colegas que vieram do Rio, achavam que Brasília era um deserto e que aqui as terras eram devolutas, mas não sabiam que a cidade era politizada, por exemplo, Planaltina deu um governador do estado, doutor Hosanah, Formosa deu outro, Galeno Lobo, Luziânia outro, três governadores, de modo que eram politizados. Essas terras já estavam sob o registro paroquial e já tinha sucessão de inventários, por isso é que criou esse caso, não

eram devolutas, só tinha terras devolutas aqui no Rio do Sal, era a fazenda do Valtênio Cardoso, o dono, já tinha os donos.

(SC) - Como é que se deu o processo de mudança da sede do município de Planaltina de Goiás?

(LA) - Com a instalação de Brasília, Planaltina perdeu a autonomia, então seria uma cidade-satélite, igual as outras. O município de Goiás ficou sem sede, então a Câmara autorizou a mudança para um povoado chamado São Gabriel de Goiás, mas era um lugar longe.

(INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO)

(LA) - O que era?

(SC) - Sobre o processo de mudança da sede do município de Planaltina de Goiás.

(LA) O município perdeu a sede, cuidou a câmara de localizar. onde havia ainda uma área para sede do município, que seria São Gabriel, mas muito distante, passou para as margens da Lagoa, acho que é Lagoa Bonita.

(DS) - Lagoa Formosa.

(LA) - Onde é Brazilinha hoje, chama Planaltina de Goiás, continua sendo a sede do município mas a velha e tradicional Planaltina, essa ficou aí mesmo, ninguém foi para lá.

(SC) - O senhor poderia falar alguma coisa sobre o Vale do Amanhecer, tia Neiva, que o senhor ajudou muito, por ser o juiz na época. Como era o trabalho lá?

(LA) - Tia Neiva era caminhoneira, ela tinha venda perto de Alexânia tem um lugar que chama Serra do Ouro, ela veio de lá, localizou aqui construiu um templo que passou a chamar-se Vale do Amanhecer, ela cuidava de filhos de abandonado, tinha um internato e o Vale progrediu muito e tinha vários médiuns. Funcionou durante a vida dela, faleceu tempos atrás. O meu relacionamento é que ela procurava legalizar a situação de menores abandonados, eu era juiz de menores, ela pedia auxílio para que esses meninos ficassem sob o cuidado dela, espécie de um asilo, eu facilitava quando podia, ela ficou muito minha amiga, me ofereceu até essa pulseira que poucos tem e até a morte dela nós éramos muito amigos.

leva embora. Mas ninguém cuidou, depois de Brasília eles correram para procurar legalizar mas não tinha mais. Então tinha uns loteamentos também assim que apareciam clandestino, cinco minutos do Plano Piloto, de avião. Eram essas pessoas que procuravam fazer um loteamento irreal.

(SC) - E o senhor acha que a cidade de Planaltina mudou muito com a construção de Brasília?

(LA) - Mudou. Planaltina era uma cidade isolada, pequenininha. Meus colegas que vieram do Rio, achavam que Brasília era um deserto e que aqui as terras eram devolutas, mas não sabiam que a cidade era politizada, por exemplo, Planaltina deu um governador do estado, doutor Hosanah, Formosa deu outro, Galeno Lobo, Luziânia outro, três governadores, de modo que eram politizados. Essas terras já estavam sob o registro paroquial e já tinha sucessão de inventários, por isso é que criou esse caso, não eram devolutas, só tinha terras devolutas aqui no Rio do Sal, era a fazenda do Valtênio Cardoso, o dono, já tinha os donos.

(SC) - Como é que se deu o processo de mudança da sede do município de Planaltina de Goiás?

(LA) - Com a instalação de Brasília, Planaltina perdeu a autonomia, então seria uma cidade-satélite, igual as outras. O município de Goiás ficou sem sede, então a Câmara autorizou a mudança para um povoado chamado São Gabriel de Goiás, mas era um lugar longe.

(INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO)

(LA) - O que era?

(SC) - Sobre o processo de mudança da sede do município de Planaltina de Goiás.

(LA) O município perdeu a sede, cuidou a câmara de localizar. onde havia ainda uma área para sede do município, que seria São Gabriel, mas muito distante, passou para as margens da Lagoa, acho que é Lagoa Bonita.

(DS) - Lagoa Formosa.

(LA) - Onde é Brazilinha hoje, chama Planaltina de Goiás, continua sendo a sede do município mas a velha e tradicional Planaltina, essa ficou aí mesmo, ninguém foi para lá.

(SC) - O senhor poderia falar alguma coisa sobre o Vale do Amanhecer, tia Neiva, que o senhor ajudou muito, por ser o juiz na época. Como era o trabalho lá?

(LA) - Tia Neiva era caminhoneira, ela tinha venda perto de Alexânia tem um lugar que chama Serra do Ouro, ela veio de lá, localizou aqui construiu um templo que passou a chamar-se Vale do Amanhecer, ela cuidava de filhos de abandonado, tinha um internato e o Vale progrediu muito e tinha vários médiuns. Funcionou durante a vida dela, faleceu tempos atrás. O meu relacionamento é que ela procurava legalizar a situação de menores abandonados, eu era juiz de menores, ela pedia auxílio para que esses meninos ficassem sob o cuidado dela, espécie de um asilo, eu facilitava quando podia, ela ficou muito minha amiga, me ofereceu até essa pulseira que poucos tem e até a morte dela nós éramos muito amigos.

(SC) - E as festas populares de Planaltina, o senhor conhece?

(LA) - Planaltina tem até hoje uma Folia do Divino que é tradicional de Goiás, tem os cavaleiros fazem pouso e tem muita farra, bebida, dança e arrecada o dinheiro diz que é para São Sebastião. Essa é a festa tradicional e fora disso as festas religiosas, missas.

(SC) - Via Sacra?

(LA) Via Sacra, essas coisas que toda cidade têm. Tinha um padre, que eu conheci, o padre Masigalia, era italiano. Interessante, ele não gostava de contar a idade era bem velho.

(DS) - O senhor falou, nessa coleta do dinheiro para São Sebastião, aquele fato pitoresco da família Rabelo, sendo o procurador de São Sebastião.

(LA) - Quando foram feitos os registros paroquiais um deles, era o...

(DS) - Sebastião?

(LA) - ... não era proprietário o santo, mas o procurador...

(DS) - São Sebastião?

(LA) Procurador era o Sebastião Carlos de Alarcão, disse que São Sebastião tinha uma área e especificou o tamanho, ele era o procurador mas não apresentou nenhuma procuração, mas esse registro apesar de tudo serviu porque passado muito tempo ficou como se fosse válido. Não houve contestação e o santo ficou com as terras.

(SC) - O que o senhor puder acrescentar, a gente deixa livre.

(LA) - É?

(SC) - Tema livre.

(LA) - Padre Masigalia ele ficou muito ambientado em Planaltina, muito querido. Numa das viagens que ele fez trouxe uma espécie de mandioca bem macia, fininha, gostosa, e distribuiu em Planaltina, todo mundo plantou, ficou muito conhecido e ficou sendo a mandioca do padre.

(DS) - A Mandioquinha.

(LA) - A mandioca do padre Masigalia.

(DS) - Lembra-se de mais alguma coisa sobre Planaltina naquela época que o senhor era atuante na cidade, fatos relevantes como os cadáveres, o procurador de São Sebastião, lembra de outros?

(LA) - Estou pelejando¹³ para lembrar.

(DS) - Aos poucos, não é doutor Lúcio? Mas de qualquer forma o que o senhor nos relatou está sendo bastante condizente com os outros relatos que nós temos. E está contribuindo maravilhosamente.

(LA) - Quando eu cheguei encontrei ainda vivos três pessoas, que eram jovens na época que veio a Comissão Cruls. Viriato de Castro, tem mais dois, eram guias, iam para o acampamento vender frutas, legumes, carne, coisas para sobrevivência deles. Eles ficaram conhecendo todos os membros, falavam como se fosse comum o nome dos componentes da comissão.

(DS) - Que ótimo.

(LA) Essas pessoas contavam casos que se passavam no acampamento naquela ocasião. Luís Cruls, tinha um filho, Gastão Cruls foi escritor famoso, eu li que teria nascido em Luziânia no acampamento, mas não é verdade porque não veio mulher, era só os homens, não trouxeram família ele nasceu foi lá no Rio mesmo.

(SC) - O senhor quer declarar mais alguma coisa, doutor Lúcio? Nós estamos no final .

(LA) - Passei em Planaltina acidentalmente. Nunca pensei em fixar lá, eu queria estar mais próximo de Goiânia, acabei ficando essa temporada e mudou completamente minha vida, porque eu queria ir para Goiânia, Trindade, acabei vindo para Brasília e fazendo minha vida toda aqui, pensava voltar para Goiânia depois de aposentado, mas com os filhos todos morando aqui, trabalhando, acabei fixando aqui. Brasília é uma terra tão boa, tanto é que a gente não pensa em sair daqui.

(SC) - Mas o senhor contribuiu muito para Planaltina.

(LA) - Inaugurei o fórum de Planaltina, tem até um discurso meu na inauguração, o governador foi. Inaugurei as cidades-satélites todas.

¹³ Pelejando - batalhando, lutando

(LA) - Hoje eu me sinto satisfeito. Encerrando eu agradeço a vocês.

(DS) - Nós é que agradecemos.

(SC) - Em nome do Arquivo Público do Distrito Federal, agradeço o depoimento que o senhor deu para a gente. Muito obrigada. São 15:55.

- FIM DA ENTREVISTA -

Relação de Documentos que compõem o dossiê do entrevistado **Lúcio Batista Arantes**.

- Roteiro de entrevista
- Diário de campo / relatório de entrevista
- Cessão de direitos sobre depoimento oral
- Documentos doados pelo entrevistado
- Fotografias
- Outros